



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CAMPUS SÃO BORJA - CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**IDENTIDADE DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE
ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

MYLENNACHADO BARCELOS

SÃO BORJA
2023

MYLENNA MACHADO BARCELOS

**IDENTIDADE DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE
ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa como
requisito parcial para aprovação na
disciplina TCC II sob orientação do Prof.
Dr^a. Solange Emilene Berwig.

SÃO BORJA
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M242i Mylenna Machado, Barcelos
Identidade do Serviço Social a partir da experiência de
estágio supervisionado / Barcelos Mylenna Machado.
64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, SERVIÇO SOCIAL, 2023.
"Orientação: Solange Emilene Berwig".

1. Identidade Atribuída. 2. Serviço Social. 3. Estágio
Supervisionado. I. Título.

MYLENNACHADO BARCELOS

IDENTIDADE DO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em: 01, de fevereiro de 2023.

Banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª Solange Emilene Berwig
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. José Wesley Ferreira
(UNIPAMPA)

Assistente Social, especialista, Laureane da Rocha Escoto
(Pref. Municipal de São Borja)

https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1139463&infra... 1/2

10/02/2023 09:22

SEIUNPAMPA - 1038662 - SISSEI/Flha de Aprovação



Assinado eletronicamente por **JOSE WESLEY FERREIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/02/2023, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/02/2023, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Laureane da Rocha Escoto, Usuário Externo**, em 06/02/2023, às 23:26, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_arvore_acesso_externo=0, informando o código verificador **1038662** e o código CRC **BF551E7C**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Miguel Antonio Escobar Barcelos e Rosane de Fatima Machado Barcelos que nunca mediram esforços para eu chegar aonde cheguei.

Aos meus irmãos que mesmo com a distância sempre se faziam presentes e serviram como inspiração.

Ao meu companheiro de vida que me apoia em todos os meus sonhos, que caminha ao meu lado e me levantou cada vez que pensei em desistir.

As minhas amigas Ana Carolina Alves, Jessica Goulart e Katharyne Stephane Launé que me acompanharam nesses quatro anos, e que também são motivo de chegar aonde cheguei.

Em especial a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Solange Emilene Berwig por ter me guiado nesse processo e ter contribuído das mais diversas formas para que eu concluísse este trabalho.

Aos professores que contribuíram para a minha formação, pois sem eles não seria possível.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu avô Amador Machado, que mesmo não estando entre nós, foi uma das minhas inspirações para ingressar na faculdade.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata-se de um relatório teórico prático construído a partir da experiência de estágio supervisionado I e II realizado em um Centro de Referência de Assistência Social no município de São Borja/RS, que teve início em novembro/2021 e fim em agosto/2022. O objetivo geral deste estudo é refletir sobre a ação profissional do serviço social a partir da experiência de estágio supervisionado, a fim de fortalecer a identidade do serviço social na sua perspectiva crítica. O trabalho foi realizado ancorado nas reflexões teórico/práticas das experiências sistematizadas nos documentos operacionais como diários de campo, análise institucional e projeto de intervenção. Para dar conta do objetivo proposto, o texto foi organizado em dois itens que expressam as reflexões centrais para este estudo mais a introdução, considerações finais e referências, seguindo à seguinte estrutura: a) Sistematização do estágio supervisionado - que contextualiza o lócus da intervenção profissional; b) Identidade atribuída x Identidade construída - fundamenta as reflexões mais teóricas acerca da constituição da identidade profissional bem como os desafios e possibilidades para a manutenção da identidade profissional do serviço social. As discussões acerca da identidade profissional apontam para uma fragilização do reconhecimento da profissão por diferentes sujeitos, e uma realidade de trabalho em que as condições e relações de trabalho interferem diretamente na autonomia profissional impactando em ações que descaracterizam a profissão, reforçando antigas apreensões sobre a profissão - da identidade atribuída.

Palavras chave: Identidade Atribuída; Serviço Social; Estágio Supervisionado.

RESUMO

This course conclusion work is a theoretical and practical report built from the experience of supervised internship I and II carried out in a Social Assistance Reference Center in the municipality of São Borja/RS, which began in November/2021 and end in August/2022. The general objective of this study is to reflect on the professional action of social work from the supervised internship experience, in order to strengthen the identity of social work in its critical perspective. The work was carried out anchored in theoretical/practical reflections of experiences systematized in operational documents such as field diaries, institutional analysis and intervention project. In order to achieve the proposed objective, the text was organized into two items that express the central reflections for this study plus the introduction, final considerations and references, following the following structure: a) Systematization of the supervised internship - which contextualizes the locus of professional intervention ; b) Attributed identity x Constructed identity - underpins the most theoretical reflections on the constitution of professional identity as well as the challenges and possibilities for maintaining the professional identity of social work. Discussions about professional identity point to a weakening of recognition of the profession by different subjects, and a reality of work in which working conditions and relationships directly interfere with professional autonomy, impacting on actions that mischaracterize the profession, reinforcing old apprehensions about the profession - the assigned identity.

Keywords: Assigned Identity; Social Service; Supervised Internship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;
ACOPASB: Associação dos Colaboradores e Protetores dos Animais de São Borja;
BPC: Benefício de Prestação Continuada;
CADÚNICO: Cadastro Único ;
CFESS: Conselho Federal de Serviço Social;
CRAS: Centro de Referência em Assistência Social;
CRESS: Conselho Regional de Serviço Social;
ENESSO: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social;
LOAS: Lei Orgânica de Assistência Social;
MPV: Medida Provisória;
PAEF: Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos;
PAIF: Programa de Atenção Integral à Família;
PNAS: Política Nacional de Assistência Social;
PNE: Política Nacional de Educação;
NUCRESS: Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social;
SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
SUAS: Sistema Único de Assistência Social;
UNIPAMPA: Universidade Federal do Pampa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. SISTEMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO PROFISSIONAL: reflexões da identidade a partir da prática profissional.	17
2.1 A experiência do estágio supervisionado obrigatório na assistência social.	17
2.2 A prática profissional do/a assistente social no estágio supervisionado.	27
3. IDENTIDADE ATRIBUÍDA X IDENTIDADE CONSTRUÍDA	35
3.1. Os fundamentos da Identidade Profissional	35
3.2 Desafios e possibilidades para a manutenção da identidade profissional do serviço social	42
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

A reflexão acerca da identidade profissional do/a assistente social é um tema que foi sendo maturado durante toda a trajetória do curso em Serviço Social. Através das aulas, debates e principalmente pelo estágio supervisionado - o que suscitou a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso como Relatório Teórico Prático.

Esta monografia, elaborada em formato de relato teórico prático, tem como tema e delimitação discutir a identidade do serviço social a partir da experiência de estágio supervisionado em serviço social I e II. Com a inserção no campo de estágio supervisionado - junto ao Centro de Referência em Assistência Social - CRAS/Paraboi no município de São Borja -, foi possível observar no cotidiano institucional e do trabalho do/a assistente social os limites, possibilidades e contradições do exercício profissional.

As vivências do processo de formação junto ao estágio supervisionado em serviço social oportunizaram a apreensão da realidade em que se inscreve a profissão na política de assistência social do município. Todo o percurso formativo foi devidamente sistematizado nos documentos de estágio - diários de campo, análise institucional, projeto de intervenção -, através da observação atenta e cuidadosa, supervisionada pelos/as assistentes sociais responsáveis pela supervisão direta no campo e no âmbito acadêmico.

Sob o olhar crítico e sucessivas aproximações da estagiária no campo de estágio emergem algumas inquietações, como: a identidade atribuída, o conservadorismo/moralismo, o papel da assistente social como supervisora de campo, como os usuários entendem o papel da profissional naquele espaço, a falta de atendimento humanizado a falta de conhecimento acerca dos fundamentos da profissão e a precarização do trabalho.

Esse estudo tem relevância no âmbito acadêmico e profissional pois vai tratar da realidade vivenciada a partir das experiências de estágio em serviço social, tendo em vista que sua realização é pré-requisito para uma formação acadêmica de qualidade. Irá servir de subsídio para futuros acadêmicos/as que irão se inserir em futuros campos de estágio e, é uma possibilidade dos/as profissionais assistentes

¹ Mylenna Machado Barcelos, acadêmica do curso de graduação em Serviço Social, mylennabarcelos.aluno@unipampa.edu.br.

sociais que atuam na política de assistência social repensar se sua atuação segue com base nos princípios socialmente construídos.

Pensando no cotidiano profissional presenciado que a necessidade de trazer estudos acerca desse tema, pois os diversos fatores vão influenciar no atendimento aos/as usuários/as e como que a nossa profissão é vista na sociedade. O serviço social tem um papel importante na política de assistência social, pois é a porta de entrada das demandas dos/as usuários/as. Então, ter conhecimento sobre o projeto ético político, os fundamentos da profissão e seguindo o método dialético crítico que a profissão irá manter a perspectiva crítica do serviço social .

O objetivo geral das reflexões desta monografia busca refletir sobre a ação profissional do serviço social a partir da experiência de estágio supervisionado, a fim de fortalecer a identidade do serviço social na sua perspectiva crítica.

A partir do objetivo geral delimitam-se três categorias teóricas que fundamentam este estudo: identidade profissional, exercício profissional e formação profissional. Essas categorias são indissociáveis para a compreensão do serviço social na prática profissional, pois uma dá fundamento para a outra. Tais categorias estão expressas indissociadamente na redação do estudo, consolidando a dialética como método de análise.

Para dar conta do proposto, o conteúdo foi organizado a partir de alguns objetivos específicos que se desdobram nos itens que formam este documento, a saber:

- Sistematizar a ação profissional através dos documentos de estágio;
- Caracterizar identidade atribuída X identidade profissional;
- Identificar os limites e possibilidades de resistência no campo profissional;
- Recuperar a discussão crítica acerca das três dimensões do Serviço Social: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político.

O estudo sobre identidade profissional no âmbito do estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social segue o fluxo de apreensão da realidade pautado na perspectiva dialética, atentando-se para o uso do método e metodologia que contempla a dimensão teórico-metodológica hegemônica da profissão no Brasil.

Optou-se para esse trabalho de conclusão de curso o desenvolvimento de um relatório teórico prático, e que portanto está solidificado a partir das experiências e documentos do estágio supervisionado em serviço social. Para desenvolvimento

deste estudo e atender o objetivo geral, este texto foi construído tendo como ponto de partida a realidade concreta do exercício profissional observadas a partir do método dialético crítico. Trata-se de um estudo de natureza reflexiva indissociando as dimensões teórico-prática fundamentado pelo método dialético crítico observando as categorias centrais do método: mediação, totalidade, contradição e historicidade.

O método materialista histórico-dialético contribui para realizar sucessivas aproximações com o real, de forma a buscar o movimento das determinações, dos processos e suas mediações sociais para apreender a realidade (MARTINELLI, 2007). A dialética possibilita uma análise a partir do seu próprio movimento e busca transformar essa realidade. O uso do método permite compreender as situações ou fenômenos para além da sua imediatez, percebendo os sujeitos e as mediações da realidade concreta desde à singularidade à totalidade. As categorias do método materialista histórico-dialético, aqui destacadas, contribuem para a compreensão da realidade - a discussão da identidade profissional do serviço social -, e sinalizam o resultado de uma reflexão sistemática que interroga e problematiza o real reiteradamente, possibilitando o seu desvendamento.

A categoria mediação foge da imediatez dos fatos, ou seja, vai lidar com a essência e não com a sua aparência. As mediações são compreendidas por Martinelli (1993, p.136), como uma categoria “possibilitadora da transformação”, conduzindo, deste modo, para o progresso das relações econômicas, sociais, culturais e espirituais dos homens, uma vez que a evolução das mediações implica no distanciamento de formas degradantes e de barbárie da relação homem/natureza.

Cury (1985) diz que a categoria mediação deve ser relativa tanto à realidade quanto ao pensamento. Relativo ao real, tenta captar um fenômeno no conjunto de suas relações com outros fenômenos e no conjunto de representações dessa realidade que lhe é mais ou menos essencial. A história é o mundo da mediação. E a história, como movimento da própria realidade, significa o movimento da mediação. Assim, elas são históricas, e, nesse sentido, superáveis e relativas. Enquanto relativas ao pensamento, pois o pensamento que envolve a realidade está integrado no movimento da própria realidade.

Portanto, a mediação em si não existe, ao contrário de sua relação a teoria e a prática. É preciso pensar o todo como uma síntese de vários elementos, como a construção da identidade profissional é atravessada pelas determinações sociais da

realidade em que se insere o/a profissional, suas condições e relações de trabalho, bem como o tempo histórico sob o qual se estuda. O dinamismo da mediação torna explícita a relação com a dialética, que liga o particular ao geral, o todo e as partes.

A mediação (categoria-não reificável), assim entendida, não precisa ser apenas e necessariamente reprodutora da estruturação ideológica reinante. Pode ser uma mediação crítica, pois a legitimação que a ideologia dominante busca nas mediações (e por ela se difunde) não é explicável de modo mais abrangente sem as contradições existentes no movimento da sociedade. (CURY, 1985, p. 44).

Portanto, esta situação ilustra a necessidade da relação entre as categorias para que possibilite a compreensão do meio/contexto social e ofereça uma oportunidade para superar o antagonismo da exploração do homem, por ele mesmo.

A historicidade não é meramente compreender objetos na dinâmica histórica, mas encontrar historicidade nos próprios objetos, tratando-os assim como um componente do processo histórico, não apenas um resultado. A teoria marxiana da história, portanto, reproduz o movimento do objeto, mas “não se identifica com ele, faz com ele uma unidade, mas não mantém com ele uma relação de identidade” (NETTO, 2009, p.80).

A categoria historicidade também é um reconhecimento do movimento, tudo está em andamento, portanto, são temporários, e esse reconhecimento da provisoriedade às vezes é desestabilizador porque se opõe ao espaço a conquistar de uma vez por todas, nos coloca diante de nossa finitude, e a temporalidade não é apenas subjetiva e fenomenal, mas também estrutural (VIEIRA, 2016). Essa categoria está, assim, integrada diretamente na vida do sujeito, pois envolve, além de seu cotidiano, outros aspectos que determinam seu modo de vida e condições de vida em um determinado contexto, essa categoria nunca é isolada, ou seja, refere-se ao geral.

A compreensão da historicidade irá implicar no movimento e nas transformações da realidade dos sujeitos, as suas atitudes e comportamentos que não são concebidos de forma isolada ou neutra, são determinados por questões e contextos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos.

A contradição é considerada o motor da realidade e o principal propulsor do movimento da realidade. Esta categoria exclui a imutabilidade, a estática e a

petrificação dos fenômenos. Uma contradição dialética segundo Prates (2005) é uma negação inclusiva, não é uma relação de exclusão, mas sim de inclusão plena de uma nova tese, por meio da negação do fenômeno, para a sua superação:

Mas uma vez que conseguiu se afirmar como tese, essa tese, esse pensamento, oposto a si mesmo, se desdobra em dois pensamentos contraditórios, o positivo e o negativo, o sim e o não. A luta desses dois elementos antagônicos, encerrados na antítese, constitui o movimento dialético. Tornando-se sim e não, o não tornando-se sim, o sim tornando-se simultaneamente sim e não, o não tornando-se simultaneamente não e sim, os contrários se equilibram, se neutralizam e se paralisam. A fusão desses dois pensamentos contraditórios constitui um pensamento novo, que é sua síntese. (MARX, 2007, p. 99).

Somente a reflexão não é suficiente para desvendar as contradições de um fenômeno, além de incluir a verificação dos opostos e o processo de reflexão de um para o outro, é preciso também estabelecer as conexões existentes entre eles. Referiu-se à existência de negatividade como "a tensão entre as forças que lutam para manter a ordem social e as forças que tentam perturbá-las" (HEGEL, 2002, p. 60).

Nesse sentido, a contradição é uma categoria dialética que permite compreender os fenômenos em relação e como um todo, pois, segundo Konder (2008), não é o todo negando as partes, ou ainda, como partes abstraídas deste todo. Por isso:

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos que se envolvem profundamente, e cada uma contém os momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura. (CURY, 1995, p.30).

A categoria contradição rompe com o determinismo de teorias lineares, ao apontar a diversidade de fatores implicados na dinâmica do fenômeno. Por meio da análise crítica da realidade e dos fenômenos, descobrir elementos que agreguem a superação do que está posto, explorando continuamente a natureza dos fenômenos e, nas palavras de Kosik (1976), destruindo-a pela destruição da pseudoconcreticidade.

Nesse sentido, é dentro da categoria das contradições que o sujeito se manifesta na depravação e miséria impostas pelo sistema capitalista. É por isso que as contradições são "reconhecidas pela dialética como os princípios fundamentais do movimento do qual os seres dependem" (KONDER, 2008, p.47).

A totalidade, empregada como categoria de análise para o estudo, permite compreensão da identidade profissional a partir de um todo complexo. Entende-se que o enfoque dialético-crítico em relação a este estudo contribui para o desvendamento da identidade profissional do Serviço Social à partir da experiência de estágio supervisionado considerando os aspectos sociais, culturais e econômicos que envolvem a dinâmica de sua prática, trazendo à luz das quatro categorias – historicidade, contradição, mediação e totalidade.

Dessa forma, o todo de um fenômeno é maior que a soma de suas partes, não implica todos os fatos, como aponta Kosik (1976), trata a realidade como um todo estruturado, dialético, a partir do qual um fato pode ser visto dialeticamente. pode ser entendido como um todo.

A categoria da totalidade justifica-se enquanto o homem não busca apenas uma compreensão particular do real, mas pretende uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos e, enfim, coordená-lo com uma síntese explicativa cada vez mais ampla. (CURY, 1995, p.27).

A categoria do todo não é apenas a combinação de múltiplos fatores, mas também sua interligação, pois a unidade do múltiplo altera o sentido do todo e das partes, ou seja, reconhece o universal no particular, e vice-versa. A totalidade procura expressar a dialética de Marx de encontrar as origens dos fenômenos e revelar a interconectividade que os molda no processo de sua formação. A articulação entre teoria e prática é também totalidade, pois se realimentam sucessivamente e é essa prática concreta, práxis, portanto que é critério de verdade. (PRATES, 2012).

Nesse sentido, a totalidade é uma categoria que não só busca por uma particularidade da realidade e sim uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos (CURY, 1995). Sendo assim o cotidiano profissional do/a assistente social, as expressões da questão social e os fatores que determinam a composição de uma identidade profissional não podem ser caracterizados como fatores isolados (afastada da totalidade), mas são fenômenos determinados historicamente pela movimentação dos processos sociais.

Logo, pensar a identidade profissional requer pensar os processos que atravessam o cotidiano do exercício profissional e portanto irão incidir sobre a consolidação da identidade profissional, que está imbricada às categorias do método dialético crítico de análise deste estudo. As discussões que seguem estão elaboradas

com base na experiência de estágio e as reflexões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

2. SISTEMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO PROFISSIONAL: reflexões da identidade a partir da prática profissional.

O estágio supervisionado é uma das etapas da formação em que o/a estudante vai construir suas primeiras experiências profissionais. Então, nos itens a seguir serão dispostas a experiência do estágio supervisionado em serviço social no centro de referência em assistência social - CRAS Paraboi, que está localizado no município de São Borja. Tratando das normativas e diretrizes para a execução bem como os limites e possibilidades da experiência de estágio.

Também é discutida a prática profissional da assistente social observada no decorrer do estágio, trazendo as experiências vivenciadas, bem como as percepções e relações entre teoria e prática no exercício profissional.

2.1 A experiência do estágio supervisionado obrigatório na assistência social.

O estágio curricular supervisionado obrigatório em serviço social foi realizado no período novembro de 2021 a agosto de 2022, junto ao Centro de Referência em Assistência Social no município de São Borja, sob a supervisão direta dos/as assistentes sociais - supervisora de campo e supervisor acadêmico -, em conformidade com os pressupostos do estágio e as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (1996).

Buriolla (1996, p.63) enfatiza que em relação aos/as supervisores/as, sua preocupação não está na concepção da supervisão, mas em buscar relatar sua vivência, a sua relação com a instituição-campo de estágio e a universidade, as dificuldades que daí decorrem, pois estas são o ponto de inflexão para as apreensões.

O estágio em serviço social é uma das etapas da formação, necessária para a conclusão do curso bacharelado em serviço social, por isso é denominado estágio obrigatório. Não é mais, nem menos importante que todo o grupo de componentes curriculares cursados ao longo da graduação, contudo, é um período em que os/as estudantes vivenciam as experiências da vida profissional em maior profundidade, potencializando assim as reflexões teórico/práticas da formação. Buriolla(1995) define o estágio como um espaço para treinamento, um local de aprendizagem do fazer

concreto do serviço social, onde um leque de situações e de atividades de aprendizagem irão se manifestar para o estagiário, tendo em vista a sua formação acadêmica e profissional.

Esse processo é permeado por normativas que fazem a sua regulamentação, o que é necessário para que se tenha uma execução dentro das legalidade, para que o estagiário não se torne apenas uma mão de obra barata para os campos que o recebem. As normativas que temos hoje são a Lei nº 11788 de 25 de setembro de 2008, Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993, Resolução CFESS n. 533 de 29 de setembro de 2008, a política nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, e a regulamentação de estágios criado pelo curso de serviço social da Universidade Federal do Pampa. A Lei nº 11788 de 25 de setembro de 2008, define, entre outras disposições que,

O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior (CFESS, 2008, *on-line*).

O estágio pressupõe que os/as estudantes estagiários/as estão efetivamente se aproximando das condições concretas, ou seja com a realidade do fazer profissional, em seu campo de atuação e com isso é possível estabelecer relação entre teoria e prática a partir de uma visão crítica para o aprendizado e a construção da identidade profissional.

De acordo com a Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993 - lei que regulamenta a profissão de Serviço Social -, e o Código de Ética dos/as assistentes sociais, a supervisão é uma das atribuições dos/as assistentes sociais. Diante disso, apesar de estar posto em lei como uma atribuição e não como uma obrigatoriedade, cabe aos profissionais do serviço social a compreensão, valorização desse espaço de aprendizagem e optar pelo exercício dessa atribuição. Assim como é reconhecido legalmente a supervisão como atribuição profissional, é reconhecida a autonomia profissional, logo, constitui-se como uma posição ética e política pedagógica supervisionar estágio.

Ser supervisor/a de estágio é uma forma do/a assistente social ter uma formação continuada, pois tem uma relação direta com a universidade. Então, é uma ponte de aprendizado de mão dupla, da mesma forma que o estagiário vai aprender

sobre o exercício profissional o/a supervisor/a vai estar em constante atualização. A educação permanente não deve buscar apenas o desenvolvimento de habilidades específicas, mas também facilitar a problematização dos diferentes contextos sociais em que os/as profissionais estão inseridos. O/a profissional do serviço social deve estar comprometido com a busca de uma intervenção mais crítica e coerente com as necessidades da sociedade.

A Resolução CFESS n. 533 de 29 de setembro de 2008 considera que:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de Estágios elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (CFESS, 2008, *On-line*).

Essa conformação legal é um avanço na definição para os campos de estágio, pois pressupõe uma nova forma de organização e responsabilidade para o campo e também para as instituições de ensino. De acordo com a resolução do CFESS, a relevância dos estágios e supervisão vai além das legislações anteriores.

A Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS é um instrumento em que consta as orientações para os estágios supervisionados em serviço social, no intuito de buscar uma formação de qualidade.

A PNE apresenta de forma minuciosa a concepção de estágio, já presente nas Diretrizes Curriculares. Ela traz os princípios norteadores do estágio supervisionado, reforça a supervisão direta de estágio (Resolução 533 do CFESS), define parâmetros para o número de alunos por supervisor acadêmico, elucida questões sobre o estágio obrigatório e não obrigatório, define as atribuições de cada sujeito envolvido no processo de estágio, incentiva a construção dos Fóruns de Supervisão e aponta estratégias para a construção das Políticas de Estágio nas Unidades de Formação Acadêmicas. (ABEPSS, s/a, *on-line*).

Essa política convoca à uma leitura da realidade a qual a nossa sociedade está inserida, propondo o debate sobre a concepção de universidade que temos e qual modelo defendemos numa sociedade marcada pela luta de classes - e à fragilidade dos mecanismos de enfrentamento das desigualdades sociais, fragmentação da classe trabalhadora. Então, através desse documento é possível ter um direcionamento sobre os princípios e diretrizes.

O estágio realizado está amparado também, pelo regulamento interno do curso do curso de serviço social da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja,

que estabelece normas, objetivos e atribuições de estagiários/as, supervisores/as de campo e supervisores/as acadêmicos. Constam como anexo ao regulamento os modelos dos documentos necessários para o acompanhamento do processo como: termo de compromisso de estágio, minuta de convênio de estágio, ficha de frequência, estrutura do diário de campo, plano de estágio, análise institucional, projeto de intervenção, entre outros que são necessários para o desenvolvimento dos documentos do estágio supervisionado em serviço social. A documentação segue as orientações da documentação de estágio da ABEPSS.

O estágio supervisionado ocorreu durante o período de novembro de 2021 a agosto de 2022 no Centro de Referência em Assistência - CRAS Paraboi em São Borja. O CRAS é um serviço de proteção social básica que se vincula à política de assistência social. Apresenta um caráter preventivo e processual da inclusão social e o seu objetivo é prevenir situações de risco e vulnerabilidade através do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O serviço de proteção social básica deve ser feito através do CRAS ou de forma indireta pelas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. (COUTO, 2010).

O CRAS Paraboi é uma instituição da proteção social básica, e é um serviço do Estado que tem como objetivo ser a porta de entrada para a assistência social de indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O seu é dividido em dois pilares: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Esse serviço foi projetado para evitar a ocorrência de condições de vulnerabilidade e risco nesse território, desenvolvendo as potencialidades, fortalecendo os laços familiares e comunitários, e tem por objetivo expandir o acesso aos direitos civis. (PNAS, 2004).

O estágio I foi o momento que possibilitou uma aproximação com o campo de trabalho, e, portanto, possibilitou observar como se configura o cotidiano profissional de um/a assistente social. Desde o primeiro momento a supervisora de campo permitiu a circulação irrestrita, o que oportunizou um nível de interação direta com os/as usuários/as do serviço, bem como com demais trabalhadores/as do campo de estágio. Tais aproximações corroboram com as análise de Buriolla (1996) que aponta para um vínculo entre supervisor e estagiário que permite contribuir no cotidiano, acolhendo as

sugestões e considerações dos/as estudantes no desenvolvimento das ações profissionais.

Nesse período, do estágio I, foi possível fazer o reconhecimento do campo profissional onde a supervisora de campo atua e também a observação e compreensão sobre a realidade social do território. Foi possível acompanhar todos os atendimentos aos/às usuários/as que chegam até a instituição sob supervisão. É importante mencionar ainda que a profissional teve uma postura disponível e proativa para a execução da supervisão direta. Os processos de supervisão, acadêmica e em especial de campo, contribuíram para a apreensão sobre o exercício da supervisão direta, conhecimento da realidade institucional e como esta afeta o cotidiano profissional. Contribuem ainda, para a leitura da realidade expressa na análise institucional e na elaboração do projeto de intervenção de modo que este vá ao encontro da real necessidade das demandas profissionais.

Já o estágio II, é o momento de intervenção nos atendimentos. Por ser o período de ênfase nas intervenções é neste semestre que executamos o projeto de intervenção construído no estágio I. Ainda que no primeiro período de estágio possa haver intervenção a regulamentação da do curso de serviço social organiza os estágios em duas etapas: estágio I - observação; II - intervenção. (UNIPAMPA, 2016). Tal organização serve de base para a elaboração dos instrumentos e do planejamento do tempo de estágio, não estando os/as estudantes a exercer a intervenção, desde que seja sob supervisão.

A elaboração da análise institucional foi essencial para compreender as configurações do campo de trabalho, suas demandas, as estratégias metodológicas mobilizadas pela profissional, bem como apreender no cotidiano os limites e possibilidades da intervenção profissional. A análise institucional, contribuiu, entre outros aspectos, para levantamento de situações que demandam intervenção, o que gerou uma primeira proposta de projeto de intervenção. O primeiro projeto esboçado teve como objetivo executar rodas de conversa junto aos beneficiários do Programa Bolsa Família sobre a alteração do Programa Bolsa Família para o Auxílio Brasil que

ocorreu através da Medida Provisória nº 1061², de 2021. Tal proposição estava amparada pelas frequentes dúvidas da população usuária sobre os benefícios - acesso, cadastro, bloqueio, etc. Porém, ao longo do estágio supervisionado, após diversas supervisões em tríade, foi observada uma demanda mais urgente, o que sinalizava para uma intervenção imediata a fim de instrumentalizar o exercício profissional com possibilidade de resultados para a assistente social, instituição e usuários/as. (BARCELOS, 2022).

Muitas das supervisões apontavam para o fato do tempo que perdíamos na procura dos prontuários físicos sempre que íamos sair em visita domiciliar ou em qualquer atividade que necessitasse da sua localização. Muitas vezes ficávamos de vinte a trinta minutos às vezes para encontrar, o que prejudicava o tempo para as visitas, que já era pouco, tendo em vista que o carro da secretaria de assistência social vinha uma vez na semana e com tempo pré estabelecido. Por isso a necessidade da mudança de projeto tendo em vista o amadurecimento do processo de estágio supervisionado em serviço social, pois observou-se uma necessidade mais emergente e que impactaria diretamente no trabalho do/a assistente social da instituição. (BARCELOS, 2022).

No entanto, com as aproximações sucessivas e maturação das supervisões acadêmicas ficou evidente que haviam demandas mais urgentes, como à organização interna das informações que servem de base para o exercício profissional da assistente social, nesse sentido um novo projeto foi elaborado. Nas muitas vezes que íamos sair em visita domiciliar ficávamos até horas procurando os prontuários, mas não só isso, qualquer demanda que surgia no sentido de utilizar esses prontuários era dificultada pela demora no acesso ao mesmo. Não foi algo que aconteceu por culpa da profissional, e sim das condições objetivas que atravessam o seu trabalho como: excesso de atividades, precarização do trabalho, interferências dos demais profissionais nos atendimentos, sobrecarga de tarefas o que dificulta uma possível organização.

² A Medida Provisória (MPV) nº 1.061, de 2021, institui o Programa Auxílio Brasil, que substitui o Programa Bolsa Família. Em linhas gerais, a MPV trata do Auxílio Brasil e de outros seis benefícios (Auxílio Esporte Escolar, Bolsa de Iniciação Científica Júnior, Auxílio Criança Cidadã, Auxílio Inclusão Produtiva Rural, Auxílio Inclusão Produtiva Urbana, Benefício Compensatório de Transição) e do Programa Alimenta Brasil. (BRASIL, 2021, *on-line*).

A partir das questões identificadas na análise institucional foi elaborado o projeto de intervenção ‘Sistematização dos prontuários físicos do CRAS Paraboi no Sistema SUAS’³, que teve como objetivo geral: “realizar a sistematização dos prontuários dos usuários para facilitar o acesso às informações na hora do atendimento, bem como nas visitas domiciliares” (BARCELOS, 2022. p.17).

Específicos:

- Organizar os prontuários dos/as usuários/as no arquivo;
- Sistematizar as informações dos prontuários no sistema do Sistema Único de Assistência Social;
- Criar uma tabela com as informações de contato e endereço dos/as usuários/as.

A digitalização dos prontuários físicos para o sistema eletrônico do SUAS e também a criação de uma tabela com todos os contatos dos usuários. Foi construído e executado em conjunto com outro estudante de serviço social, também estudante da Unipampa do curso de serviço social. (BARCELOS, 2022).

A sistematização foi importante porque contribui para a otimização do trabalho da profissional assistente social tendo em vista que terá fácil acesso às informações dos/as usuários/as, claro que mesmo tendo o *on-line* não se dispensa a utilização dos físicos, mas faz com que assim possa acessar digitalmente. Para além de contribuir com o trabalho da assistente social, o projeto também teve impacto na instituição, tendo em vista a dificuldade do acesso ao procurar em papéis físicos as informações que poderiam estar dispostas *on-line*, assim, a partir do projeto pode-se acessar os contatos dos usuários através da tabela criada. Por fim, também aos/as usuários/as que iam ao CRAS, pois muitas vezes ficavam esperando até 15 a 20 minutos enquanto a assistente social procurava o seu prontuário em meio a diversos outros, o que prejudicava o atendimento. (BARCELOS, 2022).

³ O Prontuário SUAS tem como objetivo oferecer aos profissionais dos CRAS, CREAS e Unidade de Acolhimento um instrumento que auxilie e oriente a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos. Espera-se que seja capaz de induzir o aprimoramento do processo de trabalho, dando visibilidade às múltiplas dimensões que devem ser consideradas no processo de acompanhamento familiar. O projeto Prontuário SUAS visa abarcar todas as unidades da rede socioassistencial instituídas pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Atualmente, já foram disponibilizadas as versões físicas e eletrônicas para o Prontuário SUAS – CRAS e CREAS e Prontuário SUAS – Acolhimento Criança e Adolescentes. (SUAS, *on-line*, 2022).

Durante o processo de estágio I e II foram desenvolvidas diversas atividades, conforme dispostas no quadro 01.

Quadro 01 - Atividades desenvolvidas durante o estágio I e II.

Ações	Elaboração de documentos
<ul style="list-style-type: none"> • Concessão de benefícios eventuais⁴; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de prontuários sociais;
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do projeto de intervenção; 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de relatórios para outras políticas.
<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento aos usuários (individualmente ou por grupo familiar) 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de memorandos;
<ul style="list-style-type: none"> • Escuta sensível; 	<ul style="list-style-type: none"> • Diários de campo;
<ul style="list-style-type: none"> • Participação nos grupos de convivência; 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de pareceres;
<ul style="list-style-type: none"> • Participação em reuniões de equipe e de rede; 	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamentos para outras políticas públicas.
<ul style="list-style-type: none"> • Visitas domiciliares; 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção da análise institucional;
<ul style="list-style-type: none"> • Rodas de conversa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do projeto de intervenção;
<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão acadêmica e de campo; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Participação em reuniões multidisciplinares e interdisciplinares. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento dos usuários; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento de Benefício de Prestação Continuada; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento de passe-livre; 	

Fonte: (BARCELOS, 2022). Sistematização da autora.

É possível observar no Quadro 1 que o estágio supervisionado em serviço social I e II foi um espaço de muito aprendizado. É de suma importância a forma com

⁴Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e as famílias em virtude de: nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Os Benefícios Eventuais estão normatizados pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993(LOAS); Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 (NOB SUAS); Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007. No DF estão regulamentados pela Lei N.º 5.165, de 04 de setembro de 2013, Decreto N.º 35.191, de 21 de fevereiro de 2014 e Portaria N.º 39, de 07 de julho de 2014 e classificam-se nas seguintes modalidades: **Auxílio natalidade; Auxílio por morte; Auxílio em situações de vulnerabilidade temporária; Auxílio em situações de desastre e calamidade pública.** (SEDES, 2022, *on-line*).

que o/a estagiário/a é recebido na instituição, bem como conhecer o ambiente onde irá realizar suas atividades. Esse acolhimento dá ao estagiário segurança e um direcionamento sobre como será o processo todo. A relação entre a tríade, supervisor/a acadêmico/a, supervisor/a de campo e estagiário/a configura um ambiente de troca mútua entre ensino aprendizagem e conhecimento. (BURIOLLA, 1996).

Foram diversos os desafios encontrados no processo, sendo alguns deles, a alta demanda de serviço, encaminhamentos não pertencentes à instituição, atravessamento político partidário, autonomia relativa, cansaço da profissional, entre outros. Com isso, pode-se perceber a realidade concreta que se apresenta no cotidiano da assistente social e também como a profissional lida com essas dificuldades que se encontra no seu dia-a-dia.

A assistente social da instituição em todo processo sempre deu autonomia a estagiária para comentar e interagir com os usuários, dessa foi possível pôr em prática o processo de aprendizagem absorvido durante a academia na universidade. Outro fator é que a supervisora de campo demonstrou claramente como é seu cotidiano, mostrando os limites e possibilidades de intervenção, explicando o passo-a-passo de como efetuar seu trabalho. Dessa forma foi possível compreender como as demandas chegam à instituição e assim pode analisar os prontuários e contribuir na reflexão a cerca das intervenções. O processo é marcado pela relação interpessoal, como já aponta Buriolla (1996) que apesar dos agentes serem dois indivíduos isolados, supervisor e supervisionando, no que diz respeito a pensamentos e saberes, ao mesmo tempo tem uma troca mútua de saberes pois são seres humanos imersos na estrutura social, dinâmica, e esse contexto influi sobre eles ao mesmo tempo que ambos influem sobre a “própria realidade”.

Há uma dependência e conexão. Sob esta configuração, no processo de supervisão, o supervisor e o supervisionando vão fazendo e sendo a própria história. São seres humanos únicos, especiais (irrepetibilidade⁵ da estrutura psicofísica) e se vinculam por conexões e relações com a própria existência e com o mundo em um contexto relacional. (BURIOLLA, 1996, p.81).

⁵ Irrepetibilidade: Qualidade ou condição do que é irrepetível. "**irrepetibilidade**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/irrepetibilidade> [consultado em 20-11-2022].

Ou seja, durante o processo de estágio supervisionado a relação interpessoal vai acontecer, pois vai além do cotidiano isso está imbricado nas relações sociais, pois apesar de serem indivíduos isolados, têm a necessidade de se relacionar e está embutida no processo de aprendizagem, como diz Buriolla (1996, p.82) “É relação de debate. Mas é relação de saber!”. O que não pode acontecer é que esta relação dificulte ou até impossibilite a análise crítica do trabalho do/a assistente social e da instituição.

Durante as atividades a profissional se mostrou disposta a fazer reflexões sobre as demandas que chegavam, no sentido de tentar puxar as estagiárias para pensar a respeito, trazendo reflexões críticas. Assim, foi possível perceber o respeito e importância que a supervisora tem com o processo de ensino e aprendizagem dos estagiários/as. Sempre disposta a ajudar e compreender o tempo de cada uma. Então a assistente social segue com os princípios que regem a profissão que além do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população busca o aprimoramento intelectual e continuado, pois na perspectiva da competência de profissional, ser supervisor é uma atribuição ética do serviço social e que somente o mesmo pode executar. (CFESS, 1993).

Sobre as supervisões acadêmicas, pode-se dizer que nunca foi na perspectiva tecnicista e sim sempre muito reflexiva. No estágio I foi notado uma certa distância nas supervisões, o que ao apontar com o supervisor ele se mostrou disposto a atender as demandas. Então, no estágio II as supervisões eram semanais e caso fosse necessário estava sempre disposto, e sempre que era solicitada reunião com a tríade ele comparecia . Em relação aos documentos, foi possível construir com sucesso todos os solicitados apesar da grande demanda que tinha. (BARCELOS, 2022).

É possível observar que o processo de estágio foi extremamente democrático, onde foi possível ver na prática tudo que foi absorvido durante toda a trajetória acadêmica. Além disso, a supervisora nos deu total autonomia, no sentido de ser um aprendizado mútuo, assim tendo interação direta com os/as usuários/as desde o estágio I até o II. Apesar dos desafios encontrados, foi possível entender como funciona o cotidiano profissional da assistente social na instituição e também perceber como será possível mudar algumas coisas quando me inserir no campo profissional. Pois sabe-se que, historicamente, muitas vezes a instituição consome o fazer

profissional, e muito pelas condições atravessam o trabalho, o/a assistente social não consegue pensar na realidade e desvendar a vida sujeito que chega com determinada demanda pois tem altas demandas de trabalho e é constantemente cobrado. Mas dentro do que é possível, faz o seu melhor. (BARCELOS, 2022).

2.2 A prática profissional do/a assistente social no estágio supervisionado.

O debate acerca da prática profissional é uma discussão cercada de desafios, segundo lamamoto (2003, p. 21), um dos maiores desafios nesse sentido é o/a profissional “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”, ao qual acrescento à capacidade de compreender na realidade social o que ali configura objeto de intervenção profissional.

Os/as assistentes sociais implementam políticas sociais trabalhando com famílias e comunidades. Eles também trabalham com instituições por meio de intervenções especificamente relacionadas ao seu campo de estudo. Devem usar métodos que promovam a compreensão de seu campo e os objetivos propostos relacionados à eficácia. Seu trabalho é baseado no disposto na Lei 8.662/93, que estabelece que eles têm competência para os artigos 04 e 05.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, *on-line*, 1993)

As competências que foram observadas durante o estágio em serviço social tem total ligação com o que está posto nos artigos mencionados, nesse sentido, as atividades cotidianas da instituição e do trabalho da assistente social faziam com que

tivéssemos posicionamentos acerca do exercício profissional, pois era possível identificar quando a profissional acabava se distanciando das competências profissionais. Destacamos ainda a identificação de ações que têm relação com as atribuições privativas do Serviço Social,

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:
IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas. (BRASIL, *on-line*, 1993)

Ainda que existam outras competências profissionais, as destacadas são as que mais se relacionam com o trabalho desenvolvido no âmbito da política de Assistência Social - espaço do estágio. As ações privativas do/a assistente social estão em constante tensão entre a profissional, que defende seu exercício profissional à luz do código de ética e da lei de regulamentação da profissão, e da coordenação da instituição que insiste em atribuir tarefas à profissional assistente social, bem como aos demais trabalhadores sem considerar suas funções, formação e atribuições.

No âmbito do estágio supervisionado foi possível identificar vários desafios que cotidianamente à assistente social supervisora de campo era demandada por situações que chegavam para seu atendimento como: solicitação de benefícios eventuais, encaminhamentos de Benefícios de Prestação Continuada, escuta sensível, o CRAS também inclui grupos para famílias, atendimento individualizado, diversos tipos encaminhamentos e estudos sociais. Os objetivos para a execução das atividades do/a assistente social são traçados no CRAS por meio da análise dos casos. Isso é usado para traçar planos de serviços que atendam às necessidades de todos os indivíduos, independentemente do seu território.

Possui como referência para desenvolver o trabalho dentro dos CRAS o projeto ético político teórico e metodológico utilizando as leis e regulamentos.

[..] as políticas sociais não se constituem em políticas propriamente ditas: ao contrário, os planos, programas e estratégias governamentais são resultados de situações historicamente determinadas, de revoluções e crises econômicas e de reivindicações operárias, [...] resultado apenas do desabrochar do espírito humano, a política social é uma maneira de expressar as relações sociais (GUERRA, 2010, p.134).

O CRAS deve prestar serviço, potencializando as mudanças significativas para a população, com vista a mudar suas condições efetivas e torná-las sujeito de sua própria vida (BRAGA, 2011, p.148).

O/a profissional assistente social possui atribuições de cunho interventivo que graças à formação multidisciplinar que o curso de serviço social tem possibilita uma análise crítica e intervenção de situações adversas, como em situações que reflitam realidade social presentes em determinados contextos e ambientes sociais, que no caso do CRAS se apresenta de diversas maneiras.

Iamamoto (2008 p.199) traz fielmente que para compreender a metodologia do serviço social não se deve percebê-la separada da sociedade, pois ela diz respeito ao modo de ler, interpretar e se relacionar com a realidade social. Isso destaca a importância do serviço social como disciplina por meio de seu foco no indivíduo. As instituições precisam constantemente de profissionais que possam entender sua realidade e necessidades atuais, bem como o clima social e político de sua localização. Esses profissionais devem estar dispostos a entender as necessidades, o contexto e as relações de todos os elementos da sociedade para defender áreas especializadas como educação, pesquisa e assistência.

Avançar na atual transformação da sociedade é necessário para fornecer serviços comunitários e buscar direitos. É por isso que os/as assistentes sociais precisam de uma fundamentação teórica específica para o seu trabalho. O/a profissional que está vinculado a essa instituição, no momento de sua atuação deve entender que toda a teoria estudada durante a graduação deve andar lado a lado a sua prática. Pois é na compreensão do método e de suas categorias que a sua atuação vai ir ao encontro.

O serviço social é uma profissão que assume projetos que tentam reverter as regressões sociais em larga escala que acontecem em nosso mundo atualmente, ou pelo menos deveria ser. Esses projetos podem responder às necessidades sociais atuais ou podem ir além das necessidades atuais e se concentrar em um projeto social mais amplo. Alternativamente, esses projetos podem focar na criação de uma visão de um profissional que vê a sociedade como um todo e um futuro esperançoso (NETTO, 1996).

O trabalho profissional é possível graças a uma fundamentação teórica e política. Essa base fornece uma direção clara para a criação de uma teleologia, que consagra um objetivo social específico. Vem da afirmação de Marx de que o homem

é distinto de outras criaturas naturais. Fazendo essa distinção, as pessoas definem o ato de criar trabalho como uma categoria fundamental em sua sociedade. Fazer isso envolve manobrar conscientemente em direção a um resultado final, escolhendo uma ação com base nas necessidades de sua realidade. Isso é feito por meio de crenças que expressam o Código de Ética do Assistente Social (NETTO, 1996).

Quando se tem uma prática descolada da teoria faz com que se perceba que infelizmente muitos profissionais saem de formação sem entender que essas duas categorias são indissociáveis, se complementam. O conhecimento dos fundamentos da profissão fazem com que se tenha uma análise crítica acerca das situações que chegam no dia-a-dia do profissional e assim consiga fugir de um atendimento imediatista e conservador, que durante o movimento de reconceituação foi umas principais lutas. Entender que a classe trabalhadora está envolta no modo de produção capitalista, e que o trabalho de certa forma “dignifica o homem”. Quando chega um/a usuário/a que está desempregado/a, é possível entender que ele/a foi e será prejudicado, pois a classe burguesa sempre estará a dois passos à frente mantendo o poder sobre os meios de produção e sobre as pessoas que vendem sua força de trabalho. Ou seja, se não fizer seu trabalho existe um vasto exército industrial de reserva para assumir ao seu posto, e isso faz com que se submetam às diversas formas mais precárias de trabalho, e é justamente essa categoria que o/a assistente social trabalhará no seu cotidiano.

No processo de estágio foi possível identificar que a assistente social supervisora de campo esteve aliada com o projeto ético político e com o código de ética dos/a assistente social. Mas o que muitas vezes o que fazia com que sua práxis⁶ tivesse um afastamento do método dialético crítico de execução do serviço eram as condições objetivas que atravessavam o seu trabalho. Como exemplo as diversas tentativas que a profissional tinha de se inserir mais nas atividades de planejamento da instituição e não conseguia, sentimento de não pertencimento, precarização do trabalho, excesso de atividades, receber usuários encaminhados de outros serviços

⁶ O conceito de práxis e, em relação a ele, o de trabalho e de produção pode ser definido como uma atividade social conscientemente dirigida a um objetivo. O homem por exercer trabalho físico, produção, participação ativa em diferentes formas de vida social, desenvolvem uma prática material. Esta práxis material por sua vez é constituída de elementos subjetivos tais como a produção e a interpretação das percepções, emoções, a educação dos próprios sentidos, a seleção, o estabelecimento de valores, as operações mentais e demais formas de respostas dadas à realidade. A educação, portanto, é um dos elementos constitutivos da práxis material e como tal deve ser apreendida. (NORONHA,2002, p.88).

para atividades que não eram atribuições da instituição. A dinâmica da instituição faz reforçar a autonomia relativa da profissão que fica subordinada às relações institucionais, o que limita a ação profissional. (IAMAMOTO, 1997).

Os/as profissionais do Serviço Social têm relativa autonomia frente à ideologia dominante. Eles lutam usando táticas para responder às demandas feitas por seus empregadores. No entanto, essa atividade contraditória ainda está sob o controle da ideologia dominante. As instituições apresentam fronteiras que limitam o que os movimentos contra-hegemônicos podem realizar. Iamamoto (2008) acredita que o conceito de “liberdade individual” existe entre dois espaços. No entanto, esta liberdade individual depende do consentimento do indivíduo porque é impossível questionar a instituição onde os/as assistentes sociais estão inseridos. A autonomia do serviço social é típica do trabalho assalariado e inerente à profissão.

Os principais desafios presentes no processo de intervenção da assistente social da instituição são o grande número de atividades que são demandadas pelo profissional, tendo em vista que muitas vezes tem que ser o atendimento imediato de certas situações. Sabe-se que para ter um bom atendimento é necessário que haja um desvelamento do objeto partindo da sua essência, mas isso não acontece na realidade presenciada. Muitas vezes é com dois ou três atendimentos a um usuário que a profissional consegue sentar e ir desvelando a vida repleta de desproteções, que grande parte dos indivíduos atendidos pela instituição tem. (BARCELOS, 2022).

Outro desafio são as diversas interferências político partidárias por parte dos vereadores do município de São Borja, bem como da própria equipe que consta na instituição, ou seja quem os coloca é a gestão municipal, que se dá pela via da não compreensão do campo da assistência social o que tem ocasionado o sucateamento da política, a nomeação de trabalhadores sem considerar as particularidades e exigências legais para os cargos com importantes repercussões para o trabalho desenvolvido, como: equipes incompletas, equipes que não compreendem à função da assistência social, equipes que pelo vínculo de indicação política partidária interferem no trabalho técnico. Além disso, outro desafio é o adoecimento mental da profissional, tendo em vista a falta de pertencimento à instituição, a sobrecarga de trabalho e relações de tensão que beiram o assédio. Isso com certeza é algo que dificulta o cotidiano. Isso, vai atrapalhar a capacidade do/a assistente social de

desenvolver um trabalho coerente com as determinações da área profissional, de qualquer instituição. (BARCELOS, 2022).

A população usuária do CRAS Paraboi é constituída por crianças, adolescentes, idosos, famílias em vulnerabilidade social em decorrência da pobreza e vulnerabilidade do território que se expressa pela ausência de políticas públicas de proteção, desemprego, trabalhos precários e insalubres, tráfico de drogas, trabalho análogo ao escravo, violência urbana e intrafamiliar etc. Isso traz um certo padrão que indica que a população usuária se constitui pelo acesso precário aos serviços públicos, à fragilização dos vínculos familiares, dependência dos programas de transferência de renda, benefício eventual ou aporte nutricional como forma de sobrevivência.

É importante salientar que durante o período dos anos 2020 e 2022 todos os grupos de convivência foram interrompidos por conta da pandemia da COVID-19, então os usuários que participavam das oficinas que traziam possibilidades para o aumento da renda foram prejudicados, sendo que a maioria sobrevive com uma renda mínima ou nenhuma. Muitos se encontram em situação de desemprego ou trabalham fazendo “bicos” de modo a contar com os benefícios. Então, com essa falta de oportunidade para tentar complementar a renda a situação econômica da população pertencente ao território, ao qual compreende a instituição, só piorou.

Durante a pandemia, a instituição e a equipe mantiveram os trabalhos, e a procura pelos serviços e benefícios ofertados pela instituição se intensificou durante esse período. Nesse período ainda teve o Auxílio Emergencial, também chamado de Caixa Auxílio Emergencial, foi um programa do governo federal brasileiro de renda mínima aos mais vulneráveis durante a pandemia de COVID-19⁷. O objetivo do auxílio financeiro foi minimizar os impactos econômicos causados pela pandemia no Brasil, e muitos dos beneficiados tinham dúvidas sobre a sua concessão, o que acarretou em uma sobrecarga de trabalho muito grande na instituição. Outro fator foi um aumento na demanda do benefício eventual aporte nutricional, popularmente denominado cesta básica. Mas, de acordo com a assistente social responsável, o município conseguiu distribuir o suficiente para a população usuária, e que tiveram muitas doações, bem

⁷ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Disponível em:<[O que é a Covid-19? — Português \(Brasil\)](#)>. Acesso em 30 de novembro de 2022.

como a distribuição de kits higiene que continham álcool em gel para a proteção dos usuários.

Foi a partir das demandas institucionais presenciadas durante o estágio em serviço social I e II, que foi possível observar nos serviços e programas prestados pela instituição a condensação das múltiplas expressões da questão social. O que vai em consonância direta com o fazer profissional do/a assistente social.

Segundo Yamamoto (1997, p.14) os/as assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos que as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia e resistência, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da resistência, que trabalham os/as assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

A questão social e suas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do/a assistente social, se expressam das mais diversas formas: como violência, pobreza, preconceito, precarização do trabalho e também resistência. Todo ato de conhecimento ou de transferência de informação para os usuários ou até mesmo para a equipe que trabalha nessa instituição é uma pequena forma de resistência. Durante as atividades diárias da supervisora foi possível perceber a relação ética e dialética que a mesma tinha com o processo do estágio supervisionado, que mesmo com as diversidades em cada atendimento fazíamos a reflexão e pensávamos possíveis caminhos para demanda o que dava autonomia para as estagiárias.

Diversas demandas que não tem ligação com a instituição chegavam para o atendimento da assistente social, como: realizar matrículas escolares, fazer pesagem do Cadastro Único de Saúde⁸, realizar encaminhamento médico, etc. Essa a falta de compreensão sobre a política e da profissão (identidade) fazem com que a identidade atribuída seja reforçada, e isso faz com que haja sobrecarga de trabalho. Essas são

⁸O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. Disponível em: <<https://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico/>>. Acesso em: 23 de dez. de 2022.

as condições objetivas que atravessam o trabalho e faz com que profissionais não tenham tempo de pensar a execução do seu trabalho.

3. IDENTIDADE ATRIBUÍDA X IDENTIDADE CONSTRUÍDA

A compreensão da identidade profissional é um dos aspectos que influencia no cotidiano do/a assistente social. Por isso, resgatar a discussão acerca dos fundamentos históricos teóricos metodológicos da profissão que trazem elementos que vão diferenciar a identidade atribuída da identidade construída no período do movimento de reconceituação da profissão após a década de 1960, que será discutida no item a seguir atendendo ao objetivo específico de caracterizar a identidade atribuída e à identidade construída profissionalmente. Para isso, também é necessário fazer um resgate de onde surgiu a profissão e como ela chegou no patamar que está hoje. Serão resgatados momentos da experiência do estágio supervisionado, que contribuem para a reflexão acerca da identidade profissional.

3.1. Os fundamentos da Identidade Profissional

Serviço Social é uma profissão que teve sua institucionalização a partir da década de 30, com princípios totalmente aliados aos pensamentos da classe dominante, a burguesia, sendo eles: assistencialistas, conservadores, moralistas e totalmente aliados aos dogmas da Igreja Católica. Falando da formação, as primeiras escolas de serviço social, que surgiram primeiramente na Europa, somente eram integradas por boas moças que faziam parte da alta sociedade e que na sua vida já praticavam filantropia. Então, foi instituída uma profissão, o serviço social, que trabalhasse com as classes mais pauperizadas da sociedade na perspectiva de manter os ideias da classe dominante, e mais do que isso, que ainda transmitisse o conservadorismo católico defendendo a ordem burguesa pré-existente, tendo por referência valores tradicionais como a ordem, a hierarquia, o autoritarismo, etc.

A execução do trabalho não passava das demandas imediatas, o que hoje em dia não se diferencia da realização do trabalho dos/as assistentes sociais, e também somente trabalhava respondendo às demandas da instituição, a partir da culpabilização bem como a individualização e higienização dos sujeitos da sociedade. (MARTINELLI, 2007).

Foi somente com o Movimento de Reconceituação da Profissão, na década de 1960, que a categoria começou a ter um novo olhar sobre o realmente é ser assistente social em um mundo onde o modo de produção capitalista vigora. Então, uma nova

identidade profissional foi sendo construída a partir das necessidades da classe trabalhadora, com a qual o serviço social intervém. É importante romper com a identidade atribuída socialmente a profissão durante o período que antecede o movimento de reconceituação, e, a partir daí, seguindo a teoria social crítica marxista a profissão deve ter um direcionamento de inclusão e universalização dos direitos, é uma profissão que deve ir além das demandas aparentes. O serviço social é polarizado pelos interesses das classes sociais e não deve se distanciar das condições objetivas e subjetivas da sociedade que atravessam o cotidiano de trabalho do/a assistente social. (MARTINELLI, 2007).

Embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como uma profissão liberal no Brasil, o/a assistente social ainda fica à mercê das condições, limites e possibilidades de atuação. Isso quer dizer que mesmo após os diversos avanços da profissão, em relação a sua direção crítica, os/as assistentes sociais ainda têm sua autonomia relativa, o que quer dizer que a categoria ainda possui tem dificuldade de pôr em prática os mecanismos para defender a identidade socialmente construída a partir do Movimento de Reconceituação da Profissão da década de 1960.

O reconhecimento da importância dos mecanismos que atuam em conjunto para a defesa da categoria profissional faz com que se tenha pequenos avanços, que, se praticados no cotidiano, faz com que cada vez mais o serviço social se perpetue como uma profissão que reforça a identidade socialmente construída após a reconceituação da profissão. O conhecimento acerca das Diretrizes Curriculares, do Projeto Ético Político, dos Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos que o/a profissional assistente social poderá construir métodos e técnicas que vão ao encontro das necessidades da sociedade e que vão ao encontro a identidade atribuída historicamente.

Pode-se dizer que a identidade profissional se trata de um conceito que representa todos os atributos que o profissional do serviço social deve representar e se identificar, ou seja, a forma como esperamos de ser vistos como profissionais e, conseqüentemente, a imagem que gostaríamos de passar. Martinelli (2007) ainda vai dizer, pensando se a profissão não tivesse uma identidade, que a ausência de uma identidade profissional fragiliza a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador de prática profissional.

Ao longo do estágio supervisionado em serviço social é possível identificar a alienação⁹ na relação de compreensão do objetivo profissional como sendo as demandas institucionais - o que será melhor detalhado no item a seguir -, que fragiliza o fazer profissional e por consequência a identidade.

Então, a identidade profissional do Serviço Social, pode ser discutida por duas vertentes: A defendida por Martinelli (2007), de que, a identidade é reconhecida a partir do conhecimento da trajetória do serviço social desde sua gênese, não distanciando a teoria da prática, bem como a totalidade. E por Gentilli (1997) que acredita que a identidade é construída a partir da prática profissional pensando nas mais diversas possibilidades.

Para compreender a diferença entre identidade atribuída e identidade socialmente construída, é necessário fazer breve resgate do que levou a profissão a ser instituída. Toda discussão sobre o capitalismo e suas contradições, que intensificam a questão social, é tecida nas relações sociais entre poder econômico e político. Martinelli (2007) discorre sobre a categoria da identidade como histórica, política e social, nascida e desenvolvida na luta do proletariado. A autora visa enfatizar que a formação da consciência de classe promove o desenvolvimento da identidade proletária.

A revolução operária com sua consciência crítica e questionadora representou uma real ameaça para a burguesia. Havia uma necessidade urgente de desenvolver estratégias que garantissem a existência e a permanência do capitalismo. Anteriormente, a assistência pública era uma iniciativa privada, depois fiscalizada pela burguesia através do Estado e da Igreja (MARTINELLI, 2007).

No século XIX, a assistência foi padronizada e racionalizada e os/as primeiros/as assistentes sociais tinham a missão de garantir que as leis dos pobres¹⁰ fossem cumpridas, agindo como repressores a serviço da classe dominante. No final do século XIX, havia um grande número de burgueses que praticavam filantropia tendo como responsabilidade responder às expressões da questão social, dentro da

⁹Marx percebeu a alienação como a relação contraditória entre os trabalhadores e os produtos de seu trabalho. Ele também acreditava que os assalariados experimentam alienação ao se tornarem objetos para outras pessoas e para o ambiente circundante: "A apropriação surge como alienação, e a alienação como apropriação" (MARX, 2002, p.122).

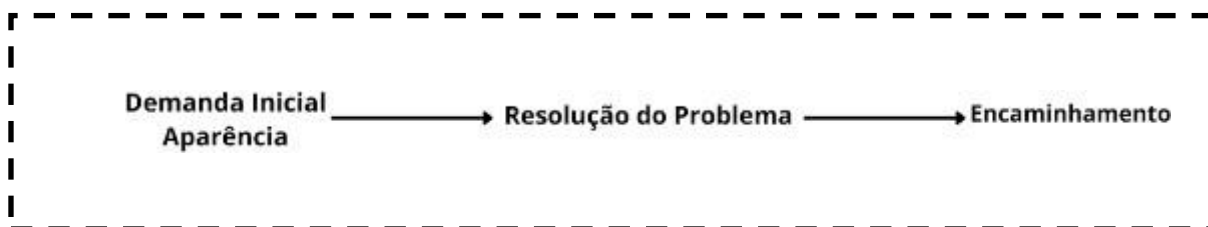
¹⁰A Lei dos Pobres foi implantada na Inglaterra pela primeira vez em 1601, durante o reinado da Rainha Elizabeth I. Essa lei é resultado da consolidação de leis anteriores que penalizava os pobres por mendicância e vagabundagem, obrigando-os ao trabalho, num verdadeiro ataque à pessoa corpórea. (TEODORO, 2014, *on-line*).

ideologia da burguesia, com um interesse em manter as relações de poder existentes na sociedade.

Fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, pois, na verdade, um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando-a da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por ela engendradas (MARTINELLI, 2007, p.67).

A autora aponta na direção de uma prática profissional alienada, que ainda não foi totalmente superada, refletindo uma identidade atribuída, que propicia uma prática social reprodutora e conveniente para com o projeto hegemônico burguês. Assim, evidencia-se que o serviço social, seguindo a identidade atribuída, terá uma relação com os mecanismos societários de poder nas dimensões política e ideológica, e ainda reproduz a ideologia dominante sendo um profissional totalmente conservador e moralizador. As figuras 01 e 02 a seguir expressam o trabalho do serviço social sob duas perspectivas - a reprodução de um trabalho alienado e uma práxis transformadora.

Figura 01 - prática profissional alienada da perspectiva crítica.



Fonte: elaborado pela autora.

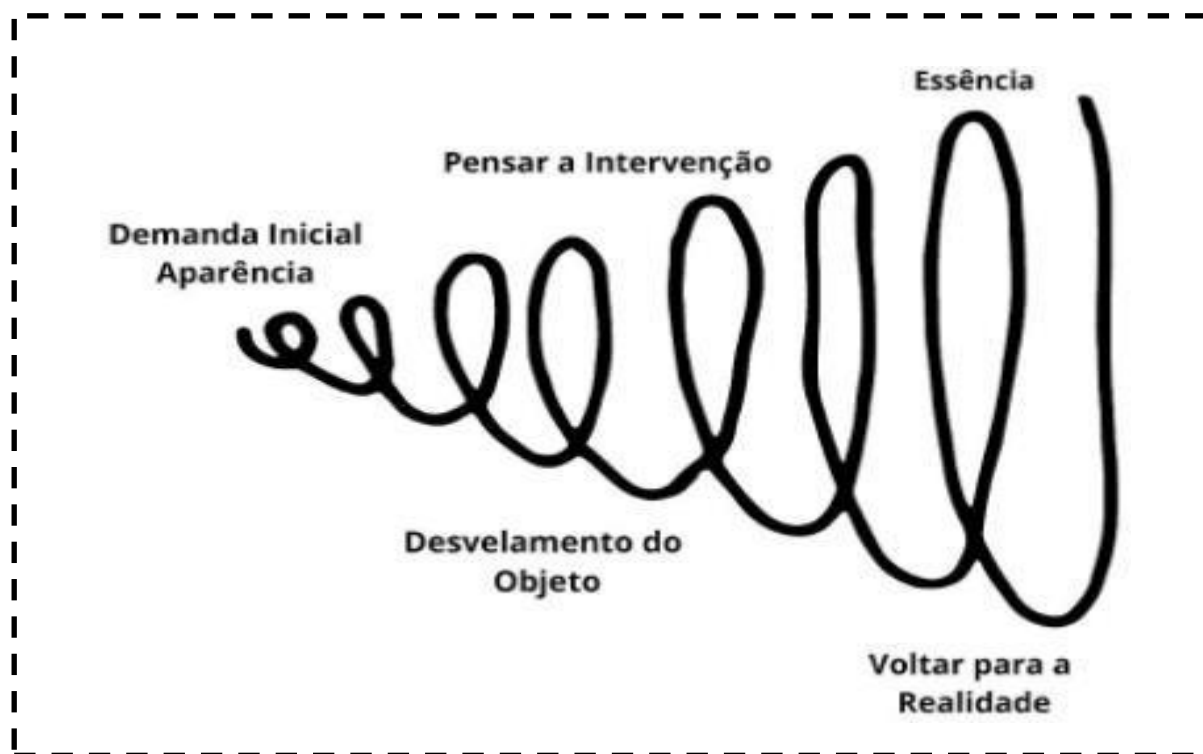
A figura 01, expressa um cotidiano de trabalho em que o profissional assume no seu exercício um ação que não desenvolve o olhar crítico de apreensão da totalidade na sua intervenção, esta forma de receber as demandas institucionais e dar andamento de forma mecanizada, como uma tarefa de tem início, meio e fim é uma prática reiteradora da identidade atribuída para à profissão. É importante sinalizar que este trabalho está imerso em um volume significativo de atendimentos, e afazeres, o que aponta para um profissional explorado em sua força de trabalho, mas que não consegue avançar para o que ali é objeto da profissão. (IAMAMOTO, 1997).

Muitas vezes a própria profissional assistente social supervisora de campo, imersa no cotidiano de trabalho, sem perceber acaba reforçando essas características. Isso acontece em decorrência da reprodução das relações sociais,

em que por vezes as profissionais exercem suas funções pautadas pelo direcionamento da instituição em detrimento do reconhecimento das estratégias metodológicas da profissão, como por exemplo no trabalho junto aos grupos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos¹¹ que é um espaço onde devem ter atividades que promovam ações preventivas para as demandas que existem no território. Porém, as ações desenvolvidas têm um caráter recreativo, e se utilizam da metodologia como fim em si mesmo, por exemplo: o objetivo das ações tem em si a própria oferta do espaço e não avança para a apreensão do objeto profissional, tem um fim em si mesmo.

A figura 02 expressa o movimento de apreensão que caracteriza a práxis profissional.

Figura 02 - movimento *détour*.



Fonte: elaborado pela autora.

¹¹ SCFV é uma sigla que significa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é um dos serviços oferecidos no nível da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social. Ou seja, o SCFV está vinculado aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O SCFV deve ser desenvolvido a partir de ações preventivas e proativas, no sentido de complementar o trabalho realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). (MEDEIROS, 2022, *on-line*).

Para que seja possível avançar da ação tarefaira - e que tem sua importância no âmbito das relações institucionais, ela cumpre um papel -, é preciso rever a intervenção para avançar do aparente e constituir no processo de trabalho as apreensões e aproximações com o objeto profissional. A figura 02 se propõe a expressar o movimento mais complexo que é exigido para o conhecimento da realidade, pois não é possível aprendê-la de imediato.

[...] o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que eu possa conhecer este todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem que fazer um détour: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. (KOSIK, 1976, p. 32).

Nessa perspectiva de conhecimento e desenvolvimento da práxis é que a profissão pode entender a realidade cotidiana que se apresenta para intervenção como um contexto que vai muito além de explicações pré-determinadas ou simplistas. Avançar na compreensão da demanda aparente para o que ali configura o objeto profissional do serviço social é um exercício reflexivo de compreensão da realidade em sua totalidade, essa seria uma práxis capaz de reforçar a identidade construída e socialmente referenciada da profissão - superando a posição de mero executor terminal de políticas. (KOSIK, 1976; NETTO, 2009).

Se pensarmos no trabalho da assistente social sua função não é ofertar grupos de convivência, mas utilizar-se destas estratégias metodológicas para acessar à população usuária a fim de contribuir para a superação de situações como: negligência, violências intrafamiliares, orientações coletivas. Neste sentido a ação profissional supera a mera reprodução terminal da política, mas avançado para compreender nas relações sociais da população usuária as expressões que caracterizam a questão social - em que reside o objeto de intervenção profissional.

Outro fator importante é que eles têm um profissional capacitado para a participação nos grupos, que é a assistente social, e não utilizavam, ainda mais excluía de todo o planejamento que é feito para o ano todo e atividade se baseia em artesanato, sessões filmicas, ações filantrópicas (como exemplo fazer tapetes para a ACOPASB¹²), entre outras que sequer trazem reflexão sobre as necessidades do território. E profissional para não gerar conflitos, acaba não assumindo

¹² Associação dos Colaboradores e Protetores dos Animais de São Borja.

enfrentamentos sobre isso. Conforme o estágio foi avançando, ao ser questionada nas supervisões de campo, a profissional realizou alguns enfrentamentos com relação ao que gerava situações de desconforto, pois a direção da instituição não aceitava seus posicionamentos e isso interfere na autonomia da profissional.

Nas supervisões fica evidente que o profissional tem total condições técnicas, éticas e metodológicas para construir novas abordagens, alinhadas à práxis profissional, contudo, observa-se também, que não há força política para enfrentar o quadro opressor que se desdobra em seu cotidiano. A correlação de forças (faleiros) marca as relações institucionais interferindo de forma substancial no trabalho e até nas condições de saúde da profissional, que acaba paralisada em seu potencial de enfrentamento. (NETTO, 2009).

Então, quando digo que a profissional está imersa no cotidiano da instituição é porque a mesma não tem espaço para fazer a defesa do direcionamento dos atendimentos, ou mesmo do que deveria ser o trabalho no âmbito do CRAS, pois não é um espaço para simplesmente fazer artesanato, e sim para garantir acesso aos direitos sociais das famílias e /ou indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e também para atender as demandas emergentes do território. Contudo, a profissional por ter mais autonomia sendo concursada, que é um fator importante pois relações de trabalho influenciam muito no tipo de embates que possa assumir, poderia começar a trazer as atividades que são da profissão para a sua execução, mesmo sendo muito difícil pelas características que a direção da instituição tem.

É justamente, partindo dessas concepções da gênese da profissão e da construção posterior, que ainda tem-se a necessidade de trazer discussões acerca do tema identidade profissional do/a assistente social, pensando em relação ao campo de atuação na atual conjuntura da sociedade brasileira, que atua diretamente nas mais diversas expressões da questão social como a pobreza, preconceito, desemprego, resistência, etc. O objeto de trabalho do/a assistente social está no cerne da questão social, porém o que se apresentarão são suas expressões. E, mesmo hoje, após décadas do movimento de reconceituação, onde a profissão começa a ter esse olhar universalizador e passa a utilizar a teoria social crítica para a atuação profissional, ainda existem profissionais que de forma conservadora e assistencialista trazem consigo resquícios da gênese da profissão.

Mesmo que já se tenha passado muito tempo, ainda existem profissionais que atuam de forma conservadora, moralista e assistencialista. Isso vem muito da conjuntura brasileira que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais no contexto da cultura e da civilização. A identidade atribuída não é culpa do/a assistente social, mas sim da conjuntura e das mais diversas condições objetivas que atravessam o seu trabalho no dia-a-dia. Isso torna mais difícil que os profissionais façam a defesa da profissão, e por sua vez acabam reforçando a identidade atribuída. A sociedade também influencia no fortalecimento dessa identidade pois quando vai atrás da instituição espera que seja feito o assistencialismo¹³, e ainda muitas vezes pede desculpa por demandar algo que é de seu direito.

3.2 Desafios e possibilidades para a manutenção da identidade profissional do serviço social

O Serviço Social é uma profissão que luta para o acesso aos direitos humanos dos cidadãos. Luta pelos direitos políticos e sociais das classes trabalhadoras e recusa o autoritarismo. O enfrentamento das questões relacionadas aos direitos sociais em uma sociedade desigual é fundamental para compreender a necessidade de uma política social específica. Carvalho e Iamamoto (2006) afirmam que essas políticas são necessárias devido ao grande número de problemas sociais causados pelo desequilíbrio social. A desigualdade social provoca a reprodução de classes subalternas à sociedade ao provocar conflitos entre elas – o que coloca em perigo o sistema capitalista.

Um/a assistente social deve equilibrar as necessidades de dois projetos sociais distintos - um que enfatiza a importância de um estado ampliado e outro que defende um estado diminuído. Também devem considerar as lutas entre esses projetos e as contradições que eles causam em suas respectivas sociedades. Isso promove um novo paradigma social onde os direitos permanecem incontestados pela manutenção de um status quo de instituições sociais desiguais (COUTO, 2009).

¹³O assistencialismo se refere à doação e à troca de favores. O que vai totalmente contra o objetivo da política de Assistência Social, que é a garantia de direito à proteção social a seus usuários. Em linhas gerais, o assistencialismo trata-se de caridade e a assistência social de direito. (PORTABILIS, s/a, *online*).

O maior desafio para o serviço social é melhorar constantemente seu ofício e avançar em um ambiente em constante mudança. Isso porque o Serviço Social deve participar ativamente das políticas públicas sociais junto às equipes multidisciplinares e seus participantes. Além disso, deve estar envolvido com o mundo real em mudança, refletindo sobre todas as mudanças que ocorreram. Isso os ajuda a desenvolver novas soluções e se adaptar com flexibilidade ao ambiente em constante mudança.

Mais de um século de diferentes carreiras se combinam para formar a compreensão atual do/a assistente social sobre o mundo. Cada profissão tem se concentrado em entender as discrepâncias entre o sistema capitalista e a sociedade. Isso levou a muitas mudanças na forma como os/as assistentes sociais agem, especialmente quando respondem às demandas contraditórias que lhes são colocadas. O trabalho de um/a assistente social é movido pelo desejo de mudar sua vida cotidiana para produzir resultados concretos. Isso é feito pela fusão das facetas profissionais, políticas, educacionais e técnicas de seu trabalho em um todo unificado. Eles são motivados a mudar a percepção das pessoas sobre a profissão, aumentando a conscientização do público em torno dela.

Esses esforços levam a um aumento da compreensão pública da profissão, o que garante uma participação precisa e uma identificação entre teoria, prática e imagem. Conforme Iamamoto (1997) a profissão avançou, rompeu com o conservadorismo, atuando na direção do fim da exploração de classe “sobre as questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora”.

Os/as assistentes sociais enfrentam uma situação contraditória. Apesar do aumento da demanda por serviços sociais, o financiamento das políticas sociais promovidas pelo Estado continua diminuindo. Além disso, a prática profissional e as condições de trabalho tornam-se cada vez mais precárias. Muitos aspectos do dia a dia de trabalho de um/a assistente social envolvem equipes multidisciplinares que coletam dados, fornecem conselhos e mobilizam trabalhadores. (CAVALCANTE, PREDES, 2010).

Durante o estágio supervisionado esses desafios foram aparecendo de forma gradual, mas com o passar do tempo cada vez mais ficavam intensos. As condições e relações de trabalho na instituição viviam em constantes tensionamentos pois a direção do CRAS tem uma visão diferente, conservadora, do que é a política, e como já foi dito, infelizmente hoje ainda os profissionais que compõem as equipes das

instituições não estão preparados para a sociedade que temos hoje, mas isso não é regra e sim a característica observada na instituição durante o estágio.

A visão do/a assistente social como mero tarefeiro de atividades é uma das formas de precarização do trabalho, pois fica somente fazendo as tarefas diárias, uma atrás da outra sem conseguir realizar o acompanhamento das famílias. “O profissional tem se tornado um mero tarefeiro a serviço das imposições das rotinas determinadas em instâncias superiores, distantes do lócus de trabalho, distante das relações interpessoais.”(MARTINS, 2015, p.24).

Os profissionais passaram a ser vistos como uma parte aceita do mundo. O trabalho assume sua forma atual graças a sistemas de gestão, rotinas pré-determinadas e requisitos de trabalho estabelecidos pelas instituições empregadoras. Conhecimento profissional comprovado não é necessário para entender onde o trabalho é feito – em vez disso, as pessoas entendem onde o trabalho é baseado em demandas externas. Isso leva a uma desconexão entre o conhecimento profissional adquirido e como ele é usado atualmente. Ao criar sua história, uma profissão constrói sua perspicácia cognitiva e intelectual. As condições de trabalho são ditadas por políticas institucionais e preconceitos sobre a estrutura social. Isso permite que uma profissão controle exclusivamente a criação de novos conhecimentos para fins específicos ou mesmo substitui qualquer conhecimento anterior. (MARTINS,2015).

O trabalho de um/a assistente social abrange áreas substanciais de estudo. As mudanças na expressão qualitativa são insuficientes para enfrentar os processos sociais e as desigualdades. As rotinas de produção quantitativa podem ser abordadas pela implementação de mudanças nas políticas, independentemente de essas mudanças serem qualitativas ou não. Por exemplo, o Relatório Mensal de Atendimentos (RMA), ele não é um instrumento qualitativo acerca do andamento dos atendimentos diários do CRAS, e sim, quantitativo, somente para saber quantos foram feitos.

Isso desqualifica o trabalho, porque além de ser apenas um número, era impossível dar continuidade pelo número excessivo de atendimentos que eram feitos no dia. Ou seja, não era culpa da profissional e sim do grande número de demandas, que vão para além dos atendimentos diários da instituição. Muitas vezes a profissional tinha que sair para fazer as visitas domiciliares que eram demandadas pela justiça, e por ter o carro disponível apenas uma vez por semana, por um período de tempo

curto, era impossível dar a devida atenção a realização do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Iamamoto (2012) diz que os profissionais devem entender o contexto sócio-histórico atual ao abordar suas responsabilidades de trabalho, bem como as demandas feitas pelo público em geral. Isso exige uma análise abrangente da escala maior da realidade que requer um maior grau de especialização.

A premissa é que o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais. (IAMAMOTO, 2012, p. 19).

Novos problemas exigem novas soluções para os/as assistentes sociais. Eles enfrentam pressão para abordar a questão social de novas maneiras, bem como desenvolver “novas formas de trabalho”. Isso ocorre devido aos desafios contínuos relacionados ao emprego, como terceirização de empregos, contratos temporários e baixos salários. Abordar essas questões requer acesso a recursos e condições de trabalho adequados. Às condições de trabalho são precárias e carecem de emprego estável.

No âmbito do Serviço Social, intensifica-se a subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de “cooperativas” de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais. (RAICHELIS, 2011, *On-line*).

A precarização do trabalho e a falta de condições materiais e de equipamento básico fazem com que os trabalhadores se desmotivem na sua profissão. Por causa disso, a força de resistência dos trabalhadores profissionais diminui. Isso leva a um maior foco na competição individual em vez da ação coletiva. Mas a pergunta que fica é, como os profissionais que estão inseridos nessas instituições públicas na atual conjuntura vão conseguir seguir fazendo avanços com a população? Se ao menos conseguem fazer o acompanhamento das famílias. O desmonte das políticas públicas e a precarização do trabalho faz com que isso se torne mais difícil, tendo em vista que os/as assistentes sociais, pelo movimento da conjuntura, se tornam apenas executores terminais. (NETTO, 2005).

Por muitas vezes a gestão da instituição tentava assumir o papel da supervisora assistente social, pois acreditava que tinha total poder sobre as

estagiárias, como a mesma dizia 'se eu não quiser estagiárias no meu Cras, não terão'. Acreditando que o aceite de alunos do serviço social fosse competência da gestão, porém como sabe-se essa é uma atribuição privativa do serviço social que está inscrito na resolução do CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008.

Art. 2º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino. (CFESS, 2008, *on-line*).

Outro exemplo é quando a supervisora ia ter que se ausentar um dia por algum motivo, e ela dizia que se 'quiséssemos' podíamos ir mesmo assim, porém os estagiários não podem assumir essa responsabilidade sem ter a presença de supervisão direta do/a assistente social responsável pela instituição, conforme resolução de estágio Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Ou até quando tentou influenciar no nosso projeto de intervenção, querendo que assumíssemos os grupos de convivência. Então, foram inúmeras tentativas de interferências, mas a assistente social sempre assumia de forma firme que o papel era sua atribuição, o que demonstra que apesar de toda a dificuldade que se encontra na instituição ela ainda faz seus processos de resistência.

A composição das equipes sem observar os critérios estabelecidos pela gestão do trabalho do SUAs tem acarretado a inserção de coordenações sem formação, e sem compreensão do trabalho da política de Assistência Social, e por consequência sem compreensão das equipes e suas funções. Tal situação corrobora com o cenário em âmbito nacional, França (1993) alertava para a composição de quadros de trabalhadores preenchidos, em geral, por pessoas de fora dos serviços, muitas vezes por pessoas sem formação específica na área. Isso provoca frustração para os que têm nível superior, desestímulo para os trabalhadores concursados, formados em áreas específicas como o Serviço Social, além do atravessamento do exercício profissional por trabalhadores sem conhecimento técnico. "A ocupação da função de coordenação por trabalhadores que não se enquadram nas orientações da NOB-RH/SUAS¹⁴ tem consequências para a condução dos serviços e nas relações entre os trabalhadores do SUAS" (BERWIG, 2018, p. 125).

¹⁴Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.

A descaracterização do trabalho do/a assistente social e da própria política de assistência social, com um ambiente de trabalho autoritário, situações que beiram o assédio moral, condutas antiéticas que ferem o sigilo profissional, tem interferência sobre os resultados do trabalho técnico. Ou seja, cada vez mais os profissionais ficam à mercê das relações que se sobrepõem às reais necessidades dos usuários, e sim atendendo somente a necessidade da instituição. Raichelis (2011) diz que a questão do trabalho e dos trabalhadores no Suas é um dos grandes desafios a ser enfrentado, se o objetivo for a implementação da política de assistência social voltada para o atendimento de necessidades sociais e comprometida com a ampliação e a consolidação de direitos das classes subalternas.

Atualmente os profissionais que estão inseridos nas equipes da política de assistência social no município de São Borja muitas vezes não têm a qualificação necessária, e isso se torna um dos maiores desafios, pois é a partir do ponto de vista conservador que a política e a visão sobre a identidade do/a assistente social vai ter retrocessos.

Se este é um desafio para toda a administração pública brasileira, em função das questões que atingem o mundo do trabalho, o Estado e as políticas públicas na contemporaneidade, inegavelmente assume características específicas na assistência social, pelo seu histórico de desprofissionalização e de atuação com base em estruturas improvisadas e descontínuas, do qual são expressões emblemáticas a cultura autoritária, patrimonialista e clientelista e o primeiro damismo persistente e (re)atualizado nesta área, indicando possivelmente a adoção de novas estratégias de (re)legitimação desse instituto. Acrescente-se a isso a realidade da maioria dos municípios brasileiros que, sendo de pequeno porte, contam com frágeis estruturas institucionais de gestão, rotinas técnicas e administrativas incipientes e recursos humanos reduzidos e pouco qualificados. (RAICHELIS, 2011, *On-line*).

Diante desses desafios, os/as assistentes sociais que estão inseridos nas políticas públicas, e não apenas esses, devem cada vez mais buscar caminhos para se fortalecer como categoria profissional. Um dos caminhos é estar em constante formação, não falando pedagogicamente somente, que ainda é importante, mas em constante reflexão sobre a situação atual em que o território onde está inserido se encontra e a suas demandas, e procurar refletir sobre qual o impacto que sua intervenção pode ter nesse espaço, ou no caso deveria. O Código de Ética dos Assistentes Sociais é bem criterioso quando traz como um dos princípios fundamentais, que o profissional deve ter “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da

competência profissional”. (CFESS, 2012, *on-line*). Então não é somente observar ou receber demandas, é buscar caminhos que façam com que essas demandas e os direitos da população sejam atendidos.

Não por acaso a formação continuada é uma estratégia da gestão do trabalho no SUAS, justamente pelo histórico dos atravessamentos político partidários no âmbito da Assistência Social brasileira. Logo, implementar uma política de educação permanente no SUAS é uma forma de fortalecer a posição das funções e profissões que compõem a rede SUAS. (CFESS, 2012).

Uma forte característica observada na instituição onde foi executado o estágio, é que a assistente social poderia participar muito mais das atividades, porém pela falta de compreensão da equipe que está presente ficava excluída de muitas atividades, como por exemplo planejamento das atividades dos grupos. Os grupos de convivência devem ser espaços de reconhecimento das fragilidades do território, e quem mais seria capacitado para essa função? O/a assistente social. A instituição tem um profissional capacitado para isso, mas a coordenação por posse de poder e incompreensão faz com que se torne um mero espaço recreacionista.

A educação permanente deve ser do/a assistente social, bem como das equipes que se encontram nesses espaços, pois retomando, muitos profissionais que estão inseridos nas políticas de assistência social, mal compreendem a função do profissional na instituição, que dirá da própria política. Deve-se lembrar, que isso não é uma regra, e sim as características observadas durante o estágio supervisionado obrigatório. Começar pelo reconhecimento das competências e atribuições do/a assistente social, posteriormente entender a função da instituição no determinado espaço e por fim trabalhar em equipe para que as demandas e direitos da população sejam atendidas, isso é o que se espera. Mas não é a realidade. (CFESS, 2012).

Atualmente o CRAS ainda é visto como um espaço que pratica a caridade, e isso se dá ao conservadorismo velado existente nas instituições. Isso é muito grave, porque os usuários que vão atrás do que é mínimo se sentem envergonhados por solicitar algo que é a função da instituição e seu direito, para além, função do estado. Só que a equipe reforça essa visão quando trata os usuários de forma abrupta e os desmerecendo, por muitas vezes presenciei situações que em que os usuários chegavam com demandas eram maltratados, ou seja, isso só reforça que o lugar é de

caridade, e ainda, tem que 'merecer' - o que contribui para reiterar o assistencialismo e à identidade atribuída aos assistentes sociais.

O posicionamento da assistente social diante dessas situações era pontuais, quando ela dizia: "não precisa agradecer, só estou fazendo o meu trabalho". Mas sabe-se que no cotidiano, com o excesso de atividades, a profissional se sente sozinha, não pertencente a equipe, o que dificulta os processos de resistência dentro e fora da instituição. Uma característica da categoria profissional do município é a falta de coletividade, isolamento, cada trabalhador enfrenta sozinho seus desafios cotidianos. O que influencia muito são as relações precárias de trabalho atualmente que configura um desafio que vai determinar quais batalhas você pode enfrentar.

A limitação de enfrentar uma gestão que interfere no exercício profissional é resultado das precarizações das condições e relações de trabalho que a profissional vivencia e da ausência de uma defesa coletiva da categoria profissional. À situação deve ser observada à partir da totalidade e a condições que atravessam o seu trabalho: altas demandas de atividades, adoecimento mental, falta de pertencimento, falta de coletividade, desmonte das políticas (o que recai sobre o que a profissional pode ou não conceder), etc. Isso é só um pouco do que os/as assistentes sociais estão se deparando cada vez mais em uma sociedade que ainda atribui os/as profissionais como boas moças que praticam caridade.

A formação continuada, educação permanente e o fortalecimento de espaços de reflexão são algumas das possibilidades de resistência para a categoria, que vão para além do seu fazer profissional e sim dos impactos que terão na sociedade que acessa os serviços prestados pelos/as assistentes sociais. A educação permanente é um processo de ensino-aprendizagem, realizado com o objetivo de produzir novos conhecimentos no cotidiano a partir da prática profissional nas instituições. Envolve navegar pelas múltiplas dificuldades enfrentadas e assim traçar possibilidades de intervenção no seu dia-a-dia. Vale salientar que há uma confusão quando se trata de formação continuada, acreditando que tem sentido ambíguo.

Cabe destacar que a educação permanente que se busca enquanto processo de construção do conhecimento é uma proposta que vai além da educação formal, dos bancos das escolas e academia, mas uma educação construída no campo das relações sociais e intervenções profissionais no sentido de (re)significar os processos de trabalho e construir conhecimento a partir da realidade profissional (FREIRE, 1979 apud BERWIG, 2018, p. 183).

Já a educação continuada diz respeito aos espaços formais de educação, as práticas escolarizadas de formação, mas uma não se sobrepõe a outra, e sim se complementam.

A educação permanente se difere da educação continuada em decorrência desta última compreender somente os espaços formais e as práticas escolarizadas de formação. Entretanto, uma modalidade de educação não sobrepõe nem inviabiliza a outra, sendo apenas diferentes em sua operacionalização e nos seus processos de ensino-aprendizagem. Pode-se dizer que se complementam. (BERWIG, 2018, p. 183).

Quando se trata do fortalecimento dos espaços de resistência da profissão, que dizer que os/as assistentes sociais devem se unir como categoria, pois também sofrem com os impactos que o modo de produção vigente reverbera frente aos desmontes das políticas públicas. Pode-se afirmar que o/a assistente social não é um profissional neutro, é fundamental que se tenha um posicionamento político frente às expressões da questão social, para que se possa ter clareza de qual a direção a ser tomada na sua prática. (IAMAMOTO, 2008). E isso só será possível com uma análise crítica a partir das três dimensões que embasam a profissão: Teórico-Metodológica, Técnico- Operativa e Ético-Político. É no conhecimento que temos acesso durante a graduação e durante o estágio supervisionado que é possível assumir a identidade que após muita luta foi possível assumir.

Então a articulação política - sindicalização, fortalecimento das entidades da categoria profissional, Fórum dos trabalhadores do SUAS, fortalecimento das instâncias colegiadas - NUCRESS¹⁵ são espaços de fortalecimento da categoria profissional, de discussão, debates, formação política e de instrumentalização para o exercício da profissão alinhados à direção do Projeto Ético Político Profissional, CRESS¹⁶, etc. São algumas das possibilidades de resistência da profissão. O Serviço Social é uma profissão combativa, que tem como princípios à defesa intransigente dos direitos, à liberdade como valor ético central, e é na sua luta e posição ética e política que materializa à identidade construída da profissão - resultado das lutas históricas e do reposicionamento desta profissão, na recusa do conservadorismo. Contudo, ao identificar nas experiências de estágio uma ação profissional limitada pelas condições objetivas, reverbera a apreensão da identidade socialmente atribuída - que o Serviço

¹⁵Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social.

¹⁶Conselho Regional de Serviço Social.

Social é uma profissão voltada à caridade, feita por moças boas, pautada pelo assistencialismo. No quadro 02 estão sistematizados alguns dos desafios mais pujantes e apontamentos de possibilidades de superação.

Quadro 02 - desafios e possibilidades do trabalho do Assistente Social no âmbito da Assistência Social de São Borja.

Desafios	Possibilidades
• Precarização do trabalho;	• Formação Continuada;
• Fragilidade das relações de trabalho;	• Educação Permanente;
• Altas demandas de atividades;	• Fortalecimento Coletivo da profissão.
• Desvio de função;	• Sindicalização;
• Adoecimento mental;	• Fortalecimento da identidade socialmente construída;
• Desqualificação da equipe;	• Fornecimento de vagas de estágio;
• Falta de compreensão da política;	• Utilização dos métodos de defesa da profissão.
• Conservadorismo;	• Conhecimento dos FHTM ¹⁷ .
• Tensão entre a equipe;	• Qualificação continuada da equipe.
• Abuso de Poder;	• Formalização de denúncia de abusos via Ministério Público.
• Falta de coletividade;	

Fonte: Sistematizada pela autora.

O quadro 02 foi elaborado no intuito de exemplificar alguns desafios encontrados durante o estágio supervisionado em serviço social. Também constam algumas possibilidades que são destacadas como potencialidades da luta coletiva da classe trabalhadora, para sua instrumentalização e para fortalecimento de sua

¹⁷Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos.

unidade de classe, o que reverbera em uma atuação mais coletiva e protegida entre os próprios trabalhadores.

3.3 A dimensão ético político para manutenção da identidade profissional.

O projeto ético político é uma das dimensões que regem a profissão e está pautada na liberdade como valor ético central. A prática profissional de um/a assistente social molda uma nova determinação social por meio das mais diversas formas de atuação. Isso pode ser visto através de suas ações e como elas interagem umas com as outras. O projeto de um/a assistente social os orienta na criação de sua profissão, o que leva à mudança ou à preservação da ordem social atual. Isso se deve à sua conexão com um projeto societário maior que existe em uma luta entre ideias distintas sobre como a sociedade deve funcionar. Sem esses pressupostos, nenhum projeto pessoal é possível. Se não estamos nos referindo a projetos envolvendo toda a população – como projetos corporativos ou sociais – então nossas suposições são completamente infundadas. (CFESS, 2009).

Geralmente envolvem novas ideias sobre como mudar a sociedade. Alguns projetos são mais conservadores do que outros. Por isso, o projeto ético político sempre envolve algum tipo de esforço para mudar ou manter a ordem social. Este é um aspecto inerente ao projeto que não pode ser desfeito. Dessa forma, o projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele. (CFESS, 2009).

O CFESS (2009) salienta que não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Isso demonstra que as diversas situações que chegam até a instituição muitas vezes necessita de uma análise mais ampla, no sentido de conseguir ter algum resultado fugindo da visão clientelista que as instituições já perpetuam. Ou seja, tendo uma interpretação que vai além do imediato e sim como corre a essência, esse é o movimento que se espera, pois senão

estará reforçando a identidade atribuída através de ações rasas, conservadoras e que vão ao contrário do projeto ético político.

O projeto ético-político da profissão envolve a construção de uma nova ordem social sem exploração de classe, etnia e gênero. Porém, afirma-se que uma transformação social completa é impossível de ser alcançada apenas com a prática profissional. Portanto, é preciso observar como a categoria profissional tem se apropriado desse princípio, pois vai além da prática para algo muito mais complexo.

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p.104-5 apud CFESS, 2009, *On-line*).

A ideia central do projeto ético é que a liberdade é importante para a sociedade, uma visão que muitos/as assistentes sociais lutam para compreender. Este projeto promove a ideia de que as pessoas devem ser livres para escolher entre diferentes alternativas, em vez de serem restringidas pelo Estado. Essa crença também se estende a questões políticas e sociais, pois o projeto apoia a autodeterminação. Um projeto social envolve a expansão e consolidação da cidadania. Tem como foco a defesa intransigente dos direitos humanos, políticos e sociais do trabalho. Esse desenvolvimento profissional potencializa a competência no contexto do aperfeiçoamento intelectual do/a assistente social. Eles devem investir em educação permanente e formação continuada como já citado no item anterior. Isso também significa investigar casos proativamente com uma mentalidade mais inquisitiva. (MENEGUELI, 2013).

O projeto ético-político do Serviço Social demanda uma série de elementos que podem ser encontrados em sua estrutura. Estes consistem na análise de princípios e valores ético-políticos, na construção de um referencial teórico-metodológico e na crítica da ordem social vigente. Necessita também de lutas políticas contínuas e posicionamentos apontados pela categoria. Na forma material, esses componentes derivam dos elementos que os substanciam. Estes consistem na produção de conhecimento do Serviço Social e na prática profissional que incorpora a reflexão crítica. Tanto os aspectos políticos quanto os organizacionais da profissão são

representados por suas entidades representativas: ENESSO, ABEPSS e CFESS/CRESS.

São instrumentos efetivos que exigem o uso dessas ferramentas para serem considerados profissionais éticos. No entanto, também podem levar a realizações profissionais porque os envolvem. Os resultados práticos sempre diferem do que se projeta como projeto ético-político. Isso porque o projeto ético-político é uma ideia coletiva dos/as assistentes sociais. Na atuação profissional, as projeções difere do previsto. Não se pode controlar todo o processo da realidade, que muda com base em outros fatores fora do controle. Isso inclui a transformação da realidade objetiva e do plano objetivo. Em vez disso, as ações têm pouco ou nenhum efeito sobre como o mundo muda ao nosso redor. (MENEGUELI, 2013).

Outro aspecto que se deve considerar é que, o projeto ético-político possui determinados elementos e princípios constitutivos já citados anteriormente, como a igualdade, liberdade, democracia, luta contra iniquidades, etc. Porém, esses valores vão de encontro com a sociedade em que vivemos, mas isso não deve nos levar a pensar que o projeto profissional é apenas um idealismo. Pois, a partir das contradições de classes existentes e que determinam a profissão, os assistentes sociais podem escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais, definir rumos para sua atuação e, com isso, projetar ações que demarcam claramente os compromissos éticos e políticos profissionais. Mas, para isso é preciso ter clareza para não cair no messianismo e nem no fatalismo. (MENEGUELI, 2013. *On-line*)

Os/as assistentes sociais devem possuir um conhecimento profundo das teorias aliando a prática, a fim de evitar serem empurrados apenas para as demandas institucionais em seu trabalho. Meneguelli (2013) afirma que dessa forma, torna-se necessário que, pela via do conhecimento teórico, ele escolha conscientemente, por valores universais, por uma direção política, que vá além da cotidianidade.

Projetos teórico-metodológicos aliado ao projeto ético-político crítico fornecem aos profissionais as ferramentas necessárias para entender melhor situações específicas do mundo real. Os ajudam a entender equívocos comuns, preconceitos e superstições existentes. Ao lançar um olhar crítico sobre os pontos de vista dominante, esses projetos ajudam os profissionais a questionar suas próprias crenças.

O estágio supervisionado oferece aos alunos de graduação uma oportunidade de trabalhar em um ambiente profissional. Isso leva a uma maior compreensão da questão social e suas expressões que é estudada durante toda a graduação, bem como à capacidade de investigar e revelar fenômenos ocultos. Também permite que

os alunos interajam com profissionais da área e observem seu cotidiano e suas intervenções. O estágio em Serviço Social foi inserido na grade curricular como disciplina obrigatória em 1996, com as Diretrizes Curriculares, assim, configura-se como um elemento essencial para plena formação profissional. Essas discussões os ajudam a entender como essa disciplina se relaciona com seu sucesso acadêmico e as habilidades que podem desenvolver que contribuem para os projetos de campo de seus supervisores.

Guerra (2002) aponta que o estágio supervisionado é onde se constrói a identidade profissional e é marcado por práticas voltadas para o enfrentamento da questão social e suas expressões. Assim, esta atividade curricular deve vislumbrar a formação de profissionais qualificados, capazes de investigar e produzir conhecimentos sobre sua prática dentro de um contexto socioeconômico e político, bem como para compreender e reconstruir o cotidiano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio é mais uma das etapas da formação no curso de graduação em serviço social. Sabendo disso, o objetivo desta monografia foi refletir sobre a ação profissional do serviço social a partir da experiência de estágio supervisionado obrigatório, a fim de fortalecer a identidade do serviço social na sua perspectiva crítica. O tema da identidade foi um assunto que desde o início da formação me trouxe inquietações e despertou interesse de estudo. Ainda, optei pela construção de um relatório teórico prático, pois é uma forma de trazer as percepções sobre a identidade atribuída adquiridas a partir da experiência concreta de intervenção, consolidando assim o exercício teórico/prático.

Para atingir os objetivos foram realizadas reflexões, analisando todos os documentos produzidos: análise institucional, projeto de intervenção, diários de campo. Lendo novos autores, refletindo nas orientações, repensando a minha intervenção, repensando minhas atitudes no campo de estágio. O estágio supervisionado faz parte do conjunto de fatores que formam a própria identidade profissional do estudante que se insere no campo, e que se choca com a identidade que está colocada socialmente. E isso foi importante para mim visualizar a minha própria construção de identidade profissional.

Mesmo sendo uma temática que já vem sendo debatida, acredita-se que os alunos de graduação só vão ter a real noção sobre a identidade profissional indo para os campos de atuação, e, também ainda existem poucos espaços para a discussão desse tema durante a formação, pois as salas de aula trazem discussões muito ricas, porém não suficiente para uma visão acerca da totalidade. Muitos dos estudantes que adentram essa formação tendo como base a identidade socialmente atribuída, tanto que alguns têm um estranhamento e acabam desistindo da profissão. Outro fator é que os discentes que ingressam nos campos ainda têm uma visão romantizada sobre a profissão e até mesmo reforçando a identidade atribuída ao serviço social. Isso reflete na análise crítica da instituição e da atuação dos profissionais influenciando na maneira em que vamos conduzir o processo de estágio.

Sob o olhar crítico e sucessivas aproximações no campo de estágio emergiram algumas inquietações, como: a identidade atribuída, o conservadorismo/moralismo, o papel da assistente social como supervisora de campo, como os usuários entendem o papel da profissional naquele espaço, a falta de atendimento humanizado, a falta de

conhecimento acerca dos fundamentos da profissão e a precarização do trabalho. A partir dessas inquietações surgiu a necessidade de usar essa experiência para refletir criticamente acerca da identidade profissional que os assistentes sociais assumem na atual conjuntura.

No primeiro contato com campo de estágio é mais um misto de sentimentos, chegamos de forma 'crua', no sentido de criticar tudo o que vê, e muitas não entendendo o porquê o profissional se sujeita a passar por determinadas situações que ferem seus princípios de trabalho, que interferem na reprodução de um serviço social de fato crítico. Mas é somente com o amadurecimento que ocorre no processo de estágio supervisionado que começamos a notar todas as categorias que estudamos na graduação, e isso fez com que fosse possível propor novas ideias, entender as situações e refletir criticamente.

Tendo como ponto de partida o objetivo geral do estudo que era - refletir sobre a ação profissional do serviço social a partir da experiência de estágio supervisionado, a fim de fortalecer a identidade do serviço social na sua perspectiva crítica -, foi possível compreender que apesar do serviço social ter passado pela reconceitualização, assumido uma matriz teórico crítico perdura uma identidade socialmente atribuída a partir de uma práxis ultrapassada, que remete a um serviço social conservador que não consegue estabelecer um exercício crítico de fato. Isso se dá pelos atravessamentos próprios do campo de atuação que vão intervir nessa potencialidade profissional.

Ao discutir a identidade entendo que: a) é necessário refletir de forma constante dialogada a academia, e a relação com a formação e com os trabalhadores do serviço social brasileiro; b) não compete atribuir culpa ao trabalhador assistente social sobre a questão da identidade assumida, mas pensar em que medida as condições objetivas interfere na elaboração dessa identidade; c) compreendemos a precarização das condições de trabalho e os entendimentos equivocados se sobrepõe a posição ético política da profissão; d) há uma fragilidade de processos e movimentos de fortalecimentos dos trabalhadores assistentes sociais do município de São Borja/RS, e isso contribui para essa fragilização da identidade.

Existem possibilidades que podem ser mobilizadas para fortalecer tanto este campo quanto outros profissionais em outros campos de trabalho. Uma das saídas é retomar a organização coletiva dos/as assistentes sociais no interior do estado através dos NUCRESS: ampliando os fóruns de discussão, retomar os núcleos de discussão

no município, trazendo qualificação para as equipes profissionais que compõem as políticas públicas. A articulação coletiva é um meio para que esses desafios possam ser amenizados, ainda que essas saídas sejam potencialmente pensadas, a uma dificuldade em materializar, pois a desarticulação que vem desde a graduação é evidente - logo, o fortalecimento da luta de classe deve e pode ser fortalecido desde a graduação oportunizando espaços coletivos e qualificando a experiência estudantil.

Absolutamente não se esgota essa temática em um Trabalho de Conclusão de Curso, sendo que refere a uma discussão tão ampla. Não nenhuma pretensão aqui de esgotar a discussão sobre a identidade atribuída a profissão, mas sim contribuir para um debate que possa de alguma forma instrumentalizar novos colegas da graduação, futuros trabalhos, ampliação de pesquisas na universidade visto que neste momento não há em andamento nenhuma pesquisa que discuta acerca da identidade e exercício profissional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Aroldo Carlos Ferreira; ANDRADE, Ailson de Menezes. **Controle Social: Ferramenta Para o Exercício da Cidadania..** Id on Line Rev.Mult. Psic., 2019, vol.13, n.44, p. 962- 977. ISSN: 1981-1179.

BARCELOS, Mylenna Machado. **APÊNDICE P: RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO.** Material didático produzido para o estágio obrigatório em serviço social. 2021/2022.

BARBOSA, Amanda Cardoso. **Reflexões sobre a Política de Assistência Social Brasileira: assistencialismo, política social e cidadania.** In: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais 80 anos de Serviço Social: tendências e desafios, 2016, Belo Horizonte, MG. Disponível: <<https://www.cress-mg.org.br/hotsites/4-simposio-mineiro-de-assistentes-sociais?mn=83>>. Acesso: 14 Ago. 2021

BERWIG, Solange Emilene. **Os trabalhadores do SUAS:** regulamentação e resistência em tempos de reforma do Estado brasileiro. Tese de doutorado. PUC/RS. 2018. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/2?ui=2&ik=f6bb7021f5&attid=0.1&permmsgid=msg-a:r-147699283778878133&th=185b86c8110d2eac&view=att&disp=inline&realattid=185b86c5c13b1c3e0531>>. Acesso em: 9 de jan. de 2023.

BRAGA, Léa Lucia, Cecílio. **O trabalho de Assistência Social no CRAS. In: O Trabalho do Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional/CFESS.** Brasília: 2011. 148p.

BRASIL. **Lei Nº8.662, de 1993 - Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social.** Disponível em: <[L8662](#)>. Acesso em: 22 de ago. 2022

_____. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.061, DE 9 DE AGOSTO DE 2021.** Disponível em: <[mpv1061](#)>. Acesso em: 12 de nov. 2022.

_____. **Resolução Nº 145 de 2004. Política Nacional de Assistência Social.** Disponível em: <[Resolução CNAS nº 145 de 15/10/2004 - Federal - LegisWeb](#)>. Acesso em: 09 de nov. 2022.

_____. **Lei Nº 8742, de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social.** Disponível em: <[L8742](#)>. Acesso em: 09 de nov. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS. Brasília, 2004.** Disponível em: <[Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS](#)>. Acesso em 16 de nov. de 2021

_____. **Lei nº 11.788/2008.** Dispõe sobre o estágio para estudantes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm> . Acesso em: 20 set. de 2022

_____. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em : <[Código de Ética do/a Assistente Social Lei 8662/93](#)>. Acesso em: 16 de nov. de 2022

_____. **NOB-RH/SUAS: anotada e comentada.** Brasília, 2011. Disponível em: <[NOB-RH/ SUAS: Anotada e Comentada](#)>. Acesso em 20 dez de 2021.

_____. **NOB/SUAS: norma operacional básica.** Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em 20 set. de 2021.

_____. **Sumário Executivo de Medida Provisória.** 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/sumarios-de-proposicoes/mpv1061>>. Acesso em: 13 de nov. de 2022

_____. **Gestão do SUAS.** Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas/gestao-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas-1?fbclid=IwAR3cAnm0OxVzPdNrGEWssB2mYVV23WSShI16LZ2pR6yilZwFXEsg2Ax_yY>. Acesso em: 14 de mar.

_____. **Orientações Técnicas Sobre os Benefícios Eventuais.** 2018. Acesso em : <[ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO SUAS](#)>. Acesso em: 13 de nov. de 2022

_____. **Medida Provisória nº 1061, de 2021 (Criação dos Programas Auxílio Brasil e Alimenta Brasil).** 2021. Disponível em: <[MPV 1061/2021 - Congresso Nacional](#)>. Acesso em: 13 de nov. de 2022

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social Comentado/Conselho Federal de Serviço Social-CFESS (organizado).** São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Ética e serviço Social Fundamentos Ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2010. 222p.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis & PRÉDES, Rosa. **A Precarização do Trabalho e das Políticas Sociais na sociedade capitalista: Fundamentos da Precarização do Trabalho do Assistente social.** In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 1 - 24, jul / 2010.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social.** Brasília: CFP/CFESS, 2011, p.19 Disponível em: <[CFESS](#)>. Acesso em: 05 de nov. de 2022.

_____. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** 2009. Disponível em: <[PDF LIVRO COMPLETO - CFESS - Serviço Social](#)>. Acesso em: 20 de ago. de 2022.

_____. **Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008.** Disponível em: <[RESOLUÇÃO CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Ementa: Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social O](#)>. Acesso em: 15 de set. de 2022.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Volume 1. Brasília: DF, 2009. Disponível em: <[Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social](#)>. Acesso em 20 set.

_____. **Política Nacional de Estágio. Brasília: DF, 2010.** Disponível: <[1 POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS 1](#)>. Acesso em 12 jan. COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social.** In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília. MDS-UNESCO. 2009.

_____. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil.** In: Uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

CURY, Carlos Nelson. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** 6.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ELY, Fabiana Regina. **Serviço Social e interdisciplinaridade.** KATÁLYSIS v. 6 n. 1 jan./Jun. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7123/6625>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FRANÇA, Bárbara H. **O Barnabé: consciência política do pequeno funcionário público.** São Paulo: Cortês, 1993.

GESUAS. **O que é ofertado na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial?** Disponível em: <[O que é ofertado na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial?](#)>. Acesso em 20 set.

_____. **O CRAS e a Proteção Social Básica.** Disponível em: <[O CRAS e a Proteção Social Básica - Blog do GESUAS](#)>. Acesso em 20 nov.

GIL. Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em : <[Métodos e técnicas de pesquisa social](#)>. Acesso em: 16 set. de 2022.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 2022, 1ª edição online. Disponível em: <https://www.google.com.br/books/edition/A_instrumentalidade_do_Servi%C3%A7o_Social/naiAEAAAQBAJ?hl=pt-BR&qbpv=1&printsec=frontcover>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

_____. **O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate.** 2002

HEGEL, G.W.Friedrich. *A Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: população - São Borja**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>>. Acesso em 05 de mar. de 2022

KONDER, Leandro. **O que é dialética** / Leandro Konder. — São Paulo : Brasiliense, 2008. — (Coleção. Primeiros Passos : 23). 6a reimpr. da 28. ed. de 1981. Disponível em <[O que é dialética](#)>. Acesso em: 07 de jun. 2022

KOSIK, K. **Dialética do concreto** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: Identidade e alienação*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Notas sobre mediações: Alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema**. In Revista Serviço Social e Sociedade nº 43. São Paulo: Cortez, 1993.

MARTINS, Valter. **O trabalho do assistente social no fio da navalha: a cena das aparências e a performatividade**. 2015. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/17728/1/Valter%20Martins.pdf>>. Acesso em: 17 de dez. de 2022.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/39958/20810>>. Acesso em: 02 de dez. de 2022

MEDEIROS, Juliana. **O que é a NOB-RH/SUAS? Conheça a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS!** 2020. Disponível em: <[O que é a NOB-RH/SUAS? Conheça a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS!](#)>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

_____. **SCFV: Tudo o que você precisa saber sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. 2022. Disponível em: <[SCFV: Tudo o](#)

[que você precisa saber sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Blog do GESUAS](#)>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

MENEGUELI, Janaina. **Projeto Ético-político do Serviço Social: a passagem do âmbito da possibilidade ao âmbito da efetividade**. 2013. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/semic/files/2014/10/XXSIC4242.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 25 set. 2021.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica/ José Paulo Netto e Marcelo Braz**. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica de Serviço social; v.1).

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64/ José Paulo Netto** – 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social/ José Paulo Netto** – 8. ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999)**.

_____. **Cinco notas a propósito da questão social**. Texto base de palestra realizada no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – VII ENPESS, Universidade de Brasília – UNB, 2000.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx/ José Paulo Netto** – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **O serviço social e a tradição marxista**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, 1989.

_____. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/o-movimento-de-reconceituacao-40-anos-depois-j-p-netto/at_download/file>. Acesso em: 23 de dez de 2022

NORONHA, Olinda Maria. **Práxis e Educação**. 2010. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.20, p. 86 - 93, dez. 2005 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <[PRAXIS E EDUCAÇÃO](#)>. Acesso em: 17 de nov. de 2022.

PRATES, Jane Cruz. **A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social**. Disponível em: <[A arte como matéria prima e instrumento de trabalho para o Assistente Social | Textos & Contextos \(Porto Alegre\)](#)>. Acesso em 14 jul. de 2022

PORTABILIS. **Entenda a diferença entre serviço social, assistência social, assistente social e assistencialismo.** Disponível em: <[Entenda a diferença entre serviço social, assistência social, assistente social e assistencialismo - Portabilis | Blog.](#)>. Acesso em: 11 de dez. de 2022

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas.** 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cSK3XgKgNLzD8NJPYJbvH5R/?lang=pt>>. Acesso em: 8 de jan. de 2023.

SEDES, Secretaria de Desenvolvimento Social. **Benefícios Eventuais.** 2022. Disponível em: <[Benefícios Eventuais](#)>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.

SOUZA, Charles Toniolo. **A prática do assistente social: conhecimentos, instrumentalidade e intervenção profissional.** In. Emancipação, Ponta Grossa, p.119-132, 2008.

TELES, Vera da Silva. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95

TEODORO, Miriam dos Santos. **A LEI DOS POBRES: um obstáculo ao desenvolvimento do mercado de trabalho assalariado na Revolução Industrial Inglesa.** 2014. Acesso em: <[A LEI DOS POBRES: um obstáculo ao desenvolvimento do mercado de trabalho assalariado na Revolução Industrial Inglesa](#)>. Acesso em: 10 de dez. de 2022

VIEIRA, Monique Soares. **Serviço Social e Método Dialético-Crítico: investigação e intervenção.** Material para fins exclusivamente didáticos. Disciplina de Pesquisa em Serviço Social I. 2016/1. Curso de Serviço Social, Unipampa: São Borja, 2016.

YASBECK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** Brasília, CFESS/CEAD/UNB, 2009.